

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ  
(A) DE DIREITO DO \_\_\_\_\_ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB**

**IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, residente na Aldeia Silva de Belem, s/n, Rio Tinto/PB, vem meio de sua advogada e procurador infra-assinada, legalmente constituída nos termos do instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações à Rua João Machado, n.º 399, Sl. 02, centro, João Pessoa - PB, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT, POR INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE**

**sob o rito processual da Lei n.º 9.099/95**, em face da **MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na avenida Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, ancorado na Lei n.º 11.482/2007 e demais disposições à matéria pertinentes, pelos motivos fáticos e jurídicos que a seguir passa a expor.

## I - DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente de trânsito, no dia **16 de dezembro de 2007**, por volta das 14:00h, nas proximidades da Aldeia Silva de Belem, zona rural de Rio Tinto, quando viajava de carona numa moto e o condutor da mesma perdeu o controle incorrendo em acidente de trânsito, o qual, sofreu lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro **do Boletim de Ocorrência da Polícia Militar**, que segue em anexo;

Em decorrência do acidente, o promovente sofreu **seqüelas graves – FRATURA EXPOSTA DO FEMUR DIREITO**, sendo socorrido para o Hospital denominado **HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA em JOÃO PESSOA**, onde submeteu-se a procedimento cirúrgico.

O tratamento médico não foi capaz de restabelecer a normalidade física da vítima, sendo a promovente acometida de **DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA – DA FUNÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO**, conforme atestam os laudos médicos, prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à colação.

O tratamento médico não foi capaz de restabelecer a normalidade física da vítima, sendo a promovente acometida de **DEBILIDADE PERMANENTE NEUROLOGICA**, conforme atestam os laudos médicos, prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à colação.

Nos meses subseqüentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela seqüela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável,

ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Assim, não restou alternativa à demandante, senão pleitear a justa indenização a ela devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância à Lei nº. 11.482/2007.

Munida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

### **III – DO PEDIDO**

Ante o exposto, e pelo mais que dos autos consta, **REQUER que se digne Vossa Excelência em julgar a demanda totalmente PROCEDENTE**, condenando a seguradora promovida a pagar a parte autora, a quantia indenizatória equivalente à **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), á título de DPVAT POR DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA – DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA – DA FUNÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO**, com juros e correções conforme Lei nº. 11.482/2007, em sua redação original. E no mais, requer:

1- Requer ainda seja à parte promovente concedido **os benefícios da justiça gratuita**, tomando por base a Lei nº. 1.060/50, pois caso o presente pleito venha a ser apreciado em grau recursal, não terá o promovente, condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais da parte *ex-adversa*, sem prejuízo próprio ou de sua família, por ser pobre nos termos da lei;

2- Pugna pela **citação da promovida**, no endereço constante da qualificação, por meio de carta com aviso de recebimento, nos termos do art. 18, I e II da Lei nº. 9.099/95, para querendo oferecer defesa no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

3- Alega **provar os fatos por todos os meios de prova em Direito admitidos**, especialmente por meio de prova documental, por se tratar de matéria exclusivamente de direito;

4- Pugna pela condenação da promovida em **custas judiciais e honorários advocatícios sucumbenciais à razão habitual de 20% sobre o valor da condenação**, devidamente corrigidos, caso venha a ser utilizado o disposto no art. 42 da Lei nº. 9.099/95, com base no art. 55 da mesma legislação;

5- Por fim, requer, ao trânsito em julgado do *decisum*, seja dado início ao processo de **execução**, independente de nova citação, em não havendo cumprimento da obrigação naquele referido, conforme preceitua o art. 52, IV da Lei nº. 9.099/95.

Dá-se à causa, o valor de **R\$ 13.500,00** (Treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Termos em que,  
Pede deferimento.

João Pessoa, 26 de julho de 2010.

**Lidiane Martins Nunes**  
OAB/PB 10.244





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
GERÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA  
DELEGACIA DE MAMANGUAPE

Rua Marcos Barbosa, 332, Centro, - Telefone: 3292-2604



**Observação:** 2ª Via da Certidão. Gerada em 06 de agosto de 2010, sexta-feira.

**Natureza:** Acidente automobilístico.

Fls: 246.

## Certidão nº 846/2010

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento Verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o livro de Registro de Ocorrência nº 02/2010, nele encontrei as Fls: nº 246 a Ocorrência Policial 846/2010, cujo teor passo a transcrever na íntegra: em 16 de Junho de 2010, quarta-feira, nesta cidade de(a) Mamanguape - PB, e na Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontrava a Autoridade Policial, Dr. FERNANDO KLAYTON FERNANDES DE ANDRADE, comigo Escrivão, do seu cargo, no final declarado e assinado, às 16:12 h, compareceu: **IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA**, com 18 anos de idade, brasileiro(a), natural de(a) Rio Tinto - PB, agricultor, solteiro(a), filho de Severino Paulo da Silva e de Maria da Penha de Souza, ensino fundamental completo, RG 3.678.483 SSP/PB, residente na(o) Aldeia Silva de Belém, Rio Tinto-PB. O(a) QUAL FEZ O SEGUINTE REGISTRO: QUE no dia 16/12/2007, por volta das 14:00 h, em uma estrada de barro, nas proximidades da aldeia Silva de Belém, zona rural de Rio Tinto, o notificante viajava na garupa de uma motocicleta, quando o condutor da mesma, perdeu o controle do veículo e bateu em uma árvore; Que o notificante foi socorrido para o hospital de emergência e traumas, em João Pessoa, onde foi diagnosticado, fratura exposta do fêmur direito. Eraque havia para Certificar. Ciente o(a) declarante da implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme, expeço a presente Certidão. O referido é verdade e dou fé.

Mamanguape - PB, 16 de Junho de 2010, quarta-feira.

Kennedy de Carvalho Andrade  
Polícia Civil  
Mat: 155.335-6

Noticiante: Ivaildo Severino Souza da Silva







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL

C: 754910 Laudo nº: 53221010

LAUDO TRAUMATOLÓGICO  
Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 21/10/2010

Órgão Requisitante: DAV. nº da Solicitação: 1539/2010 Autoridade Solicitante: Maria da Paz Dayby I. de Oliveira. Nome: IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA, 18anos. filho(a) de: Severino Paulino da Silva e de: Maria da Penha de Souza. Sexo: Masculino Estado civil: solteiro(a). Nacionalidade: Brasileira. Natural de: Rio Tinto/Pb. Profissão: agricultor(a).

HISTÓRICO: refere que foi vítima de acidente de moto no dia 16/12/2007 por volta das 14h em Baía da Traição.

DESCRIÇÃO: O examinado apresenta cicatriz hipertrófica e hiperocrômica ( 20cm ) na face externa da coxa direita caracterizando procedimento cirúrgico ortopédico além de 3 cicatrizes hipertróficas e hiperocrômicas ( 5,6 e 7 cm ) na face anterior da mesma e atrofia muscular discreta nessas regiões. Foi constatado ainda limitação discreta da flexão da perna sobre a coxa e limitação de movimentos ativos com a referida coxa. Em laudo médico consta atendimento com fratura exposta de diáfise de fêmur em 16/12/2007 sendo submetido a tratamento cirúrgico. Em relatório médico do Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira ( ortopedista ) datado de 25/08/2010. Consta seqüela de perda de força e da amplitude de movimentos do membro inferior direito devido a fratura de fêmur.

QUESITOS:

- 1º Há ferimento ou ofensa física? Sim
- 2º Qual o meio que o ocasionou? Ação contundente
- 3º Houve perigo de vida? Não.
- 4º Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Sim, debilidade permanente discreta do membro inferior direito devido a fratura de fêmur.
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? Sim, devido a fratura de fêmur
- 6º Provocou aceleração de parto? Prejudicado
- 7º Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 8º Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO

**Travassos**  
Contato registrado com o IML

4º TABELIONATO DE NOTAS  
RUA RODRIGUES DE AQUINO, 59  
CENTRO - JOÃO PESSOA - PB  
FONE/FAX (83) 3221-2273 / 3241-9439  
jtravassos@bol.com.br

Certifico que a presente copia e reprodução  
fidel do original que me foi exibido. Dat. 10  
João Pessoa, 3/2/2011 - 00000020893

9º Resultou deformidade permanente? Sim, deformidade discreta devido as cicatrizes hiperocrômicas e hipertróficas na coxa direitas.  
10º Provocou aborto? Prejudicado.xx

*Dr(a).* Francisca Divina Silveira de Melo  
Mat:78.463-0

**T** **Travassos**  
TABELIONATO DE NOTAS  
RUA RODRIGUES DE AQUINO, 59  
CENTRO - JOÃO PESSOA - PB  
FONE/FAX (83) 3221-2478 / 3241-9439  
jtravassos@uol.com.br

Certifico que a presente cópia é reprodução  
fiel do original que me foi exibido. Em 10  
João Pessoa, 10/02/2011. XXXXXXXXXX





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO





*Itaildo Severino Souza da Silva*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.678.483

DATA DE EXPEDIÇÃO 10/07/2008

NOME ITAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA

FILIAÇÃO SEVERINO PAULO DA SILVA

MARIA DA PENHA DE SOUZA

NATURALIDADE RIO TINTO-PB

DATA DE NASCIMENTO 29/03/1992

DOC ORIGEM NASC.N.12081 PLS.14 LIV.12

CARTÓRIO RIO TINTO-PB

CPF

João Pessoa, 10/07/2008

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.718 DE 29/08/83

**Travassos**

Contingente registrado com o tempo.

4º TABELIONATO DE NOTAS

RUA RODRIGUES DE ARAÚJO, 59

CENTRO - JOÃO PESSOA - PB

FONE/FAX (83) 3221-2874/3241-9439

travassos@uol.com.br

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido.

João Pessoa, 3/7/2008 - 0000020641



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

**CPF**

Cartão de Pessoa Física

Número de Inscrição

**097.361.354-89**

Nome

ITAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA

Nascimento

29/03/1992

REALSERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

AGO/2008

**CORREIOS**

www.correios.com.br





PARAIBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL - E-Jus -

Fórum Mario Moacir Porto, Av João Machado, s/n, Centro, João Pessoa - PB Fone: (83)32082542

**MANDADO DE CITAÇÃO**

João Pessoa, 10 de Setembro de 2010

Ação: AÇÃO DE COBRANÇA  
Processo nº 200.2010.934.797-7  
Autor: IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA  
Réu: MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA

ILM<sup>o</sup>(a) SR.<sup>a</sup>  
MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA  
Logradouro: Avenida Epitácio Pessoa nº 723  
Bairro: ESTADOS  
JOÃO PESSOA - PB  
CEP: null

De ordem do MM. Juiz de Direito do(a) 1º Juizado Especial Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à Audiência de Conciliação designada para o dia 30 de Novembro de 2010 às 13:15 h, nos autos da ação acima mencionada ficando advertido, desde já, que não comparecimento importará REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do autor e, em JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 330 do Código de Processo Civil.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita no sistema E-Jus (Justica Eletrônica).

Cordialmente,

  
Andresa Carvalho Santos  
Técnico Judiciário

Imprimir

Assinar

MaFRE Vera Cruz Seguradora  
CNPJ: 81.074.175/0002-00  
Av. Pres. Epitácio Pessoa  
B. dos Estados - CEP: 58000-000  
JOÃO PESSOA - PB

*Jaussy Beia Pereira dos S. Alves*  
(Ateuante) 27/09/10

C E R T I D ã O

CERTIFICO que em cumprimento ao Presente  
mandado Procedi a CITAÇÃO do reu. O referido é  
verdade, dou fé.

João Pessoa, 28 setembro 2010

José do Egito M. Silva  
Of. Justiça

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO  
ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA - PARAIBA**

**Proc. 200.2010.934.797-7**

**MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, já devidamente qualificada, por seus procuradores ao final assinados, com endereço profissional à Rua da Hora, 692, Espinheiro, Recife-PE, CEP 52020-010, local onde recebem intimações, nos autos da ação proposta por **IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA**, vem perante V. Exa apresentar **CONTESTAÇÃO**, o que faz consoante as razões a seguir expostas para ao final requerer:

**1. REQUERIMENTO INICIAL**

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente para a pessoa do Bel. **Rostand Inácio dos Santos, OAB\PE 22.718**.

Vale destacar que requerimento desta espécie é plenamente admissível e desrespeito ao mesmo implica em nulidade da intimação, conforme entendimento manso e pacífico, e.g.:

*“Havendo designação prévia e expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade” (STJ-RT 779/182)*



Requer, assim, que todas as intimações sejam dirigidas única e exclusivamente para o referido profissional, lançando-se o nome do mesmo na capa do processo.

## 2. BREVE SÍNTESE DA LIDE

A parte autora propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16 de dezembro de 2007.

Em decorrência do referido acidente, diz a parte autora ter ficado com debilidade permanente no membro inferior esquerdo.

Ingressa com a presente ação pleiteando a condenação da demandada ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização securitária.

## 3. REESTABELECENDO A VERDADE DOS FATOS

Faz-se necessário explicitar os fatos descritos na inicial para que este Juízo possa melhor compreender a forma dos valores que deverão ser pagos a parte autora a título de indenização securitária. Ora, após o acidente, constatando que a parte autora apresente a invalidez permanente **parcial incompleta**, deverá dessa forma o pagamento da indenização ser realizado de acordo com o disposto no art.3º, §1º, alínea II da lei 6194/74.

No presente caso, não há nenhuma comprovação por meio de documento hábil e legal das lesões alegadas por parte do autor.

Acaso a invalidez da parte autora seja total e completa, terá direito a receber a indenização integral de R\$ 13.500,00, prevista no artigo 3º. da lei 11.482/07. Contudo, como ela foi parcial incompleta, deve ser indenizada na exata proporção prevista em lei. Adiante-se que o pagamento de indenização conforme o percentual de invalidez não é nada de estranho ou novo em nosso ordenamento. O regimento do DPVAT sempre foi assim, como também o é, por exemplo, a legislação acidentária do INSS,

como de todos sabido. Tentar pleitear indenização integral por evento parcial é contrário ao nosso sistema e evidente tentativa de enriquecimento ilícito.

#### **4. PRELIMINARMENTE**

##### **4.1. Da Litispendência.**

*Ab initio*, a presente demanda não pode prosperar, haja vista, incidente processual de extinção da ação sem resolução do mérito. Ocorre que, evidencia-se a presença de litispendência processual.

Desta forma, pode-se conceituar litispendência de acordo com o artigo 301, §1º e §2º do Código de Processo Civil Brasileiro, in verbis:

**Art. 301 - Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar:**

**§ 1º - Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.**

**§ 2º - Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.**

Sendo assim ocorre litispendência quando duas causas são idênticas quanto às partes, pedido e causa de pedir, ou seja, **quando se ajuíza uma nova ação que repita outra que já fora ajuizada, sendo idênticas as partes, o conteúdo e pedido formulado.**

Desta feita, torna-se imprescindível destacar a existência de outra ação em curso perante a Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB sob o nº **058.2010.000.066-8**.

Deve-se, portanto, ser verificada a possível ocorrência de litispendência entre as duas ações, uma vez que a parte autora pleiteia indenização baseada no mesmo sinistro ocorrido em 16/12/2007.

Sendo assim, a Ré requer a MM. Juízo que se digne julgar EXTINTO o processo, com fulcro nos art. 267, V, do Código de Processo Civil, pois a pretensão está fadada ao insucesso, já que fulminada pela litispendência processual.

#### **4.2. Da ilegitimidade passiva da demandada e necessidade de substituição pela Seguradora Líder**

Para aprimorar ainda mais o Seguro DPVAT, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, através da sua Resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois Consórcios específicos a serem administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou simplesmente Seguradora Líder – DPVAT, através da Portaria nº 2.797/07, publicada em 07 de dezembro de 2007.

A Seguradora Líder - DPVAT é uma companhia de capital nacional, constituída por seguradoras que participam dos dois consórcios, e que começou a operar em 01 de janeiro de 2008.

As seguradoras consorciadas permanecem responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais dúvidas e reclamações da sociedade. Contudo, a Seguradora Líder – DPVAT passou a representá-las nas esferas administrativa e judicial das operações de seguro, o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações.

Desta forma, é a Seguradora Líder, pessoa jurídica distinta das seguradoras que a compõem, que é responsável pela administração do DPVAT, bem como pagamento das indenizações.

Por isto, requer o acolhimento da presente preliminar, excluindo a **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A** da lide, mantendo-se unicamente a pessoa jurídica **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.**(CNPJ n. 09.248.608/0001-4, e sede na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar, centro, rio de Janeiro/RJ) quem responderá e indenizará em caso de eventual procedência dos pedidos.

**Alternativamente, caso não seja o entendimento deste Juízo pela substituição da Ré, requer a inclusão da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A para integrar a lide na qualidade de litisconsorte passiva.**



#### 4.3. Da carência de ação por falta de interesse de agir

Ainda que se ultrapassassem os argumentos acima expostos, o que apenas se admite a título de argumentação, deve a presente demanda ser extinta por falta de interesse de agir da parte autora.

A parte Autora em nenhum momento reclamou, através da via administrativa, a indenização que ora pleiteia judicialmente. E, se reclamou, em nenhum momento provou o alegado.

É lícito presumir que a parte autoral tenha deixado de procurar previamente a Seguradora Ré com o propósito de evitar a análise técnica do seu pleito, no processo denominado *regulação do sinistro*, quando as eventuais irregularidades documentais podem ser mais apropriadamente apuradas.

O exercício do direito de ação tem seu termo inicial na data em que o evento danoso ocorreu, pois esse direito fica subordinado à condição suspensiva, que impossibilita, enquanto pendente, o titular do direito de agir judicialmente para torná-lo efetivo. Importa em dizer que o direito sujeito à condição suspensiva não é, ainda, direito adquirido, ao qual corresponda uma ação, a teor do art. 125 do novo Código Civil (que praticamente repete os dizeres do art. 118 do Código Civil de 1916), *verbis*:

Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral o necessário interesse processual.

Por oportuno, nesse sentido, vejamos recentíssima sentença proferida pelo Juiz da 12ª Vara Federal de Pernambuco:

***“Esclareço que o julgamento da demanda, no tocante à cobertura securitária, é imprescindível apenas se não houver solução em sede administrativa”*** (Processo de nº 2006.83.00.009309-0 – 12 vara federal -

Ora, um procedimento que não observa os ditames de lei, por ser carente do interesse processual, não deve ser considerado como Devido Processo Legal. E, não o sendo, jamais pode estar compreendido na entrega da prestação jurisdicional assegurada constitucionalmente.

Isto posto, resta patente a falta de interesse de agir, vez que a parte autora não esgotou a via administrativa, não restando interesse de agir.

#### **4.4. Da Incompetência do Juizado Especial Cível para Apreciar o Presente Feito pela necessidade de realização de perícia médica**

Inicialmente deve ser ressaltada a incompetência absoluta do Juizado Especial Cível para conhecer e julgar o presente feito. Como sabido, da interpretação do art.35 da lei 9099/95 conclui-se pela impossibilidade de realização de perícia em sede de Juizado Especial Cível. É o que se vê na jurisprudência pátria:

*“PROVA PERICIAL – Inexistência – **Inexiste nos Juizados Especiais a prova pericial definida do CPC.** Quando o fato exigir, o juiz inquirirá técnico da sua confiança – Negado provimento.(Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Consumidor da Bahia, Rec. JDC02-TBN-00724/96, j. em 13-09-1997, v.u., Rel. Antonio Pessoa Cardozo)”.*

No caso em tela, a discussão versa justamente sobre o grau de invalidez do autor, tendo ele discordado com exames médicos e conclusões obtidas dos documentos por ele mesmo apresentados, fazendo-se necessária, por isto, a realização de perícia para dissipar a dúvida. Em casos como o presente, o STJ exige a realização de perícia judicial:

*“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO. INVALIDEZ PERMANENTE. LEUCOPENIA. PROVA PERICIAL. CONVENIÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ORIENTAÇÃO DA TURMA. RECURSO PROVIDO. **Nos termos da jurisprudência da Turma, é conveniente, nos casos de cobrança de indenização securitária decorrente de invalidez permanente por leucopenia, a realização de prova pericial técnica para a comprovação de estado de saúde do segurado, notadamente em face das***

*peculiaridades que envolvem esse mau, entre elas a de que pode diminuir ou desaparecer quando afastado o fator externo que a determina.” (STJ 4ª Turma, Resp 248297/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. em 25.04.2000, votação unânime, DJ em 05.06.2000, p. 1088)*

*“ACIDENTE DE TRABALHO. Perícia. Concessão de aposentadoria pelo INSS. A concessão de Aposentadoria acidentária pelo INSS não impede a realização de perícia em Juízo. Concluindo o laudo pela negativa de incapacidade, não ofende regra sobre prova a sentença que julga improcedente a ação de cobrança da indenização. Recurso não conhecido.” (STJ 4ª Turma, Resp 205314/SP, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. em 06.05.1999, votação unânime, DJ em 01.07.1999, p. 186)*

O art.51, II da lei 9099/95 determina que o processo deve ser extinto quando inadmissível o procedimento instituído por esta lei. É o que ocorre no presente caso, devendo por esse motivo ser extinto o feito sem apreciação do mérito, o que de logo se requer.

Destaque-se, ainda, que afora o acima exposto, o §2º do art.3º da lei dos juizados, dispõe expressamente que ficam excluídas da competência do Juizado Especial relativas ao estado e **a capacidade das pessoas**. No presente feito, discute-se exatamente o grau de incapacidade do autor, o que é expressamente vedado por lei.

## **5. DO MÉRITO – RAZÕES PARA A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS**

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela parte autora.

Nos itens seguintes, rebater-se-ão, pontualmente, cada qual dos argumentos suscitados pela parte autora, demonstrando-se, assim, o total descabimento de seus pleitos.



### 5.1. Da previsão legal da Lei 6.194/74 para os casos de invalidez permanente.

Para fundamentar seu pedido, o autor sustenta que o valor devido, segundo a lei 11.482/07 que alterou o valor das indenizações do seguro DPVAT, seria de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Sendo assim, alegando ser detentora de invalidez permanente total, a parte autora pleiteia indenização securitária correspondente ao teto máximo indenizável.

Ocorre que, a Lei 11.482/2007 alterou o valor da indenização do seguro DPVAT para **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser observado os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez, ora anexada à referida Lei.

O art. 3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de invalidez permanente; e**

III – Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

I – quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de seqüelas residuais.(...) (grifo nosso).”

Vê-se que apesar da clareza do texto legal, a parte autora pretende o recebimento de indenização no valor máximo indenizável, o que não tem apoio na legislação em vigor. Havendo invalidez parcial, a indenização deve ser proporcional ao mal sofrido, conforme os percentuais previstos na tabela indicada na lei.

Cumpra-se destacar que a parte autora possui uma **invalidez permanente parcial** incompleta, o que ensejará o pagamento de indenização nos termos do inciso II, §1º da Lei 11.482/2007, sendo esta **proporcional ao percentual** constatado através de perícia médica.

A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º. da lei 11.482/07) leva em consideração que apenas a **invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.

Esquemáticamente abaixo consta como se deve proceder a avaliação da debilidade da parte autora:

INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DA INVALIDEZ	INDENIZAÇÃO
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou inferiores	<b>70%</b> (R\$ 13.500,00) = R\$ 9.450,00	<b>XX% (percentual a ser avaliado por meio de perícia médica)</b> (R\$ 9.450,00)	<b>XX (valor indenizatório que deverá ser pago após o cálculo do percentual da perícia)</b>

**Torna-se imprescindível destacar que o uso da tabela para cálculos de percentuais de invalidez encontra-se regulado na própria Lei 11.482/2007, devendo assim ser adotada para os casos de invalidez permanente parcial.**

Importante mencionar que o STJ adota o posicionamento da diferenciação legal da invalidez total e parcial, determinando o pagamento da indenização de forma proporcional ao percentual de invalidez constatado.

**CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.**

**II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.**

**III. Recurso não conhecido.**

(REsp 1169614, Relator: Ministro Aldir Passarinho Junior, EMENTA / ACORDÃO-DJ: 31/08/2009)

Destaque-se, outrossim, recente decisão proferida pelo Estado da Paraíba quanto à questão:

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Invalidez permanente parcial. Indenização. Procedência do pedido. Irresignação. Preliminares. Carência de ação. Falta de interesse processual. Rejeição. Indeferimento da petição inicial. Ausência de documento essencial à propositura da ação. Rejeição. Pagamento. Lei aplicável. “tempus regit actum”. Aplicabilidade de tabela para cálculo indenizatório. Provimento parcial do apelo.** Tendo em vista que a Seguradora, na contestação alegou que a documentação apresentada não é suficiente para que haja o direito, percebe-se que o recebimento imediato da indenização seria inviável, ou seja, que a via administrativa, se intentada, estaria fadada ao insucesso, pelo que fica caracterizado o interesse processual no manejo da presente. **Constando dos autos laudo do IML, quantificando a lesão sofrida pelo autor, não há que se falar em ausência de documento indispensável à propositura da ação. À indenização assegurada em seguro obrigatório de responsabilidade civil – DPVAT – aplica-se a lei vigente ao tempo do fato, em razão do princípio “tempus regit actum”.**



**Em caso de invalidez permanente parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.**

Ante o exposto, sem manifestação ministerial, AFASTADAS AS PRELIMINARES, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, para reduzir o quantum indenizatório ao patamar de R\$ 1.350,00.

(Apelação Cível nº 004.2007.000.392-8/001, Relator: Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, 4ª Câmara Cível, TJPB, João Pessoa, 22/09/2009).

O Colégio Recursal do Estado do Ceará assim se pronunciou em casos Análogos:

**EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SEGURO (DPVAT). PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO PARA JULGAR A MATÉRIA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. CAUSA COMPLEXA. INOCORRÊNCIA.** Não há tal necessidade de laudo, sendo que a convicção do juiz basta para o julgamento da questão, tendo em vista constar nos autos provas da ocorrência do sinistro e do pagamento administrativo realizado pela seguradora, que suprem uma eventual ausência. **QUANTIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. DO SEGURO. POSSIBILIDADE. ESTABELECIMENTO PELA LEI QUE REGE A MATÉRIA NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE.** No que tange à possibilidade de graduação do valor da indenização securitária em face do grau de invalidez, revendo meu entendimento anterior sobre o tema, forçoso reconhecer que o art. 3º da lei nº 6.194/74 já dispunha na alínea “b” sobre a possibilidade do estabelecimento em “até” 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, no caso de invalidez permanente. Referida lei não determinou, por sua vez, que seria editada uma norma para regulamentar essa graduação, prevendo, tão somente, em caráter geral no art. 12, que o Conselho Nacional de Seguros Privados “*expedirá normas disciplinadoras que atendam ao disposto nesta lei*” não sendo este o caso para a previsão do art. 3º letra “b” onde resta estipulada, claramente, a possibilidade de graduação do valor do seguro. **Tal conclusão se mostra verossímil quando no citado artigo, alínea “a”, há previsão de pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos para o caso de morte do segurado, e de até 40 (quarenta) salários mínimos, letra “b”, para os casos de invalidez permanente, ou seja, a lei tratou diferentemente situações também, diferentes, o evento morte e o evento invalidez.** Aquele, pela própria natureza do dano infligido ao segurado, como teto para valor indenizatório, **e este, a depender do grau de invalidez, terá o valor**

fracionado podendo atingir o valor máximo. Assim se a lei distinguiu as situações, não é dado ao intérprete equipará-las. Incumbe, nesse diapasão, ao judiciário, à falta de expressa estratificação na lei dos valores do seguro nos casos de invalidez permanente, a valoração do quantitativo de acordo com as seqüelas deixadas no segurado, não se podendo argüir, desse ato, nenhuma nulidade posto que em situações de reparação por dano moral, constitucionalmente prevista, se mensura constrangimento, aborrecimento, sofrimento e dor, através de critérios bem mais subjetivos que o caso. **RECURSOS CONHECIDOS. SENTENÇA REFORMADA.** (Processo nº 2008.0000.5157-4/1; 2ª Turma Recursal do Estado do Ceará; Relator(a): Sergia Maria Mendonça Miranda; Dj: 26/03/2009)(grifo nosso).

Desta forma, em conformidade aos entendimentos jurisprudenciais e a previsão legal sobre a matéria, requer a total improcedência do feito, não merecendo prosperar o pleito da parte autora em receber o teto máximo indenizável.

### **5.3. Dos juros legais e da correção monetária**

Com relação aos juros de mora e a correção monetária determinados entende a ré, que os mesmos devem seguir o posicionamento mais adequado, em perfeita harmonia com a jurisprudência dominante.

*SÚMULA N. 426-STJ.*

*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.* Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010

Assim, os juros de mora, de 1,0% ao mês, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, consoante a prática e, ainda, iterativa Jurisprudência.

Quanto à correção monetária, espera que seja observada a data de propositura da presente como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto na Lei nº 6.899/81.

## **6. DOS REQUERIMENTOS FINAIS**

Ante o exposto, passa a requerer:

*A) o acolhimento das preliminares suscitadas com a conseqüente extinção do feito sem apreciação do mérito;*

*B) a total improcedência dos pedidos autorais e a condenação do autor nos ônus da sucumbência;*

*C) Em caso de eventual condenação, que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pelo Autor, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, ora anexada.*

*D) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando que o Autor é beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 15%, conforme previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1060/50.*

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas.

Termos em que pede e espera deferimento.

João Pessoa, 30 de novembro de 2010.

**Rostand Inácio dos Santos**

**OAB/PE 22.718**

## ANEXO

[\(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008, transformada na Lei 11.945/2009\).](#)

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL  
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
TERMO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Nº 200.2010.934.797-7  
AÇÃO: DPVAT

DATA: 30.11.2010  
HORA: 13:15 HS

PRESENTES

JUIZ TOGADO  
JUIZ CONCILIADOR  
PROMOVENTE  
PROMOVIDO

Dr. GERALDO EMILIO PORTO  
Drª. TAYJANE CABRAL DE ALMEIDA  
IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA  
MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA

PREPOSTO

MANOEL DE A. MELO NETO

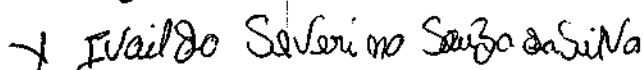
Iniciada a audiência, feito o pregão como de estilo, deu-se o comparecimento das Partes Litigantes.

A Demandada presente por seu preposto acima identificado, não apresentou proposta conciliatória.

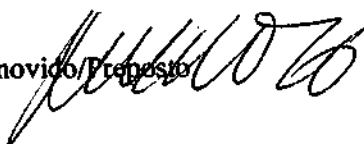
Em seguida, conclusos ao MM. Juiz togado, este proferiu o seguinte despacho: *Conforme entendimento sedimentado da Turma Recursal, toda a documentação apresentada pela parte autora deve ser acompanhada de autenticação, a fim de comprovar sua veracidade. Ou seja, estando tais documentos completamente desacompanhados de autenticação, nenhuma garantia é dada ao julgador de que os mesmos são verdadeiros. Assim, intime-se a parte autora para autenticar toda a cópia da documentação acostada aos autos até a audiência de instrução e julgamento, sob pena de extinção.* Não obtida a conciliação, as partes foram informadas acerca da possibilidade e das vantagens de escolherem, por livre manifestação de vontade e em comum acordo, o juízo arbitral, nos termos do art. 24, da Lei nº 9.099/95, cientes de que o juízo arbitral emitirá laudo arbitral irrecorrível. As partes NÃO concordaram em instituir o juízo arbitral. Fica designada **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO A SER REALIZADA NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS.** As partes foram orientadas no sentido de trazerem testemunhas e documentos e virem acompanhadas de seus respectivos advogados. Ficam as partes intimadas neste termo para comparecimento a audiência de Instrução e Julgamento acima aprazada.

Juiz Togado

Juíza Conciliadora

  
Promovente


Promovido/Preposto



### CARTA DE PREPOSIÇÃO

Constituo o(a) Sr.(a) MANOEL JOAQUIM A. MOTA NETO,  
brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade de n.º 32F2311, inscrito(a) no  
Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, para atuar como  
preposto(a) da MADRE VIDA CULZ SEGE, perante este Juízo, nas  
Audiências designadas no processo de n.º 2002.010.934.787-7, movido por  
IVANILDO S. SOUSA SILVA, em trâmite no(a) 1ª JEC  
da Comarca de Salto d.

Recife, 30 de novembro de 2009.

  
ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS  
OAB/PE 22.718





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	29/03/92
NOME DA MÃE	MARIA DA PENHA DE SOUZA

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	304657
PRONTUÁRIO N.º	35060
DATA DO ATENDIMENTO	16/12/07
HORA DO ATENDIMENTO	16:11
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTO
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA EXPOSTA DO FÊMUR DIREITO
CID 10	S 72.3

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, apresentando ferimento contuso na coxa D com exposição óssea e dor na mão D. Nega desmaio, vômito ou tontura. Consciente. Glasgow 15. Deformidade e perda funcional integral do MID, sem déficit neurovascular. Atendido: Emergência. Avaliado pelo cirurgião geral e ortopedista. Conduta: exames + internação para tratamento cirúrgico.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

Radiografias (coxa D, mão D, bacia)

### RESULTADOS DOS EXAMES

Rx da coxa D: fratura exposta de diáfise do fêmur direito.

### TRATAMENTO:

Redução cirúrgica de fratura exposta de diáfise do fêmur D com fixação pelo Dr. Alberto Rodrigues.

ALTA HOSPITALAR : 19/12/07  
DATA DA EMISSÃO: 27/10/09

Drª MARIA DE FÁTIMA S. SOARES  
CRM 2862  
CPF 203.072.254-53

*Maria de Fátima Silva Soares*

Drª. Maria de Fátima Silva Soares  
CRM: 2862/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



*Maria de Fátima Silva Soares*  
Advogada  
OAB / PB 10244



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.**

**PROCESSO de n.º 200.2010.934.7977**

**IVAILDO SEVERINO DA SILVA**, parte já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seus advogados adiante assinados, vem à presença de Vossa Excelência, **IMPUGNAR AS PRELIMINARES** suscitadas na peça contestatória, conforme abaixo exposto:

**1ª PRELIMINAR – DA LITISPENDENCIA ALEGADA.**

Com relação à preliminar acima suscitada de litispendência razão não assiste a ré, uma vez que o autor nunca contratou qualquer advogado para ajuizar qualquer ação, principalmente na cidade de Rio Tinto/PB. Assim, a advogada teve o cuidado de imprimir a movimentação do processo mencionado em peça de contestação, e averigua-se em clarividência que não pode ser a parte autora, uma vez que nem contratou e na época nem tinha poderes para contratar, visto que, como se observa a dita ação de Rio Tinto/PB foi ajuizada em 05.03.2010, nesta época o AUTOR ERA MENOR DE IDADE, NÃO TENDO INCLUSIVE SE QUER CAPACIDADE LEGAL PARA CONTRATAR ADVOGADO PRINCIPALMENTE PORQUE NUNCA CONTRATOU QUALQUER ADVOGADO, a não ser a Drª LIDIANI NUNES, assim, requer e o autor completaria 18 em data de 29.03.2010, assim deverá ser afastada a PRELIMINAR.

**2ª PRELIMINAR – DA IMPRESCINDÍVEL RETIFICAÇÃO DO PÓLO PASSIVO**

Com relação à preliminar acima suscitada de retificação do pólo passivo da seguradora consorciada, com fulcro no art. 5º da Resolução do CNSP nº 154/06 c/c a Portaria SUSEP nº 2.797/07, quanto à presença da Seguradora LIDER no pólo passivo da demanda, cumpre ressaltar que não assiste qualquer razão à promovida, tendo em vista que a seguradora referida (LIDER) foi criada, tão somente, para exercer a função antes atribuída à FENASEG, no tocante à regulamentação do seguro obrigatório DPVAT.

Como o pólo passivo da presente demanda não se perfaz sobre a FENASEG, e sim sobre a **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, que é participante do consórcio das seguradoras que operam o seguro DPVAT, a alegativa suscitada pela promovida não deve ser acolhida, haja vista o que determina o art. 7º da Lei nº 6.194/74: **“A indenização por pessoa vitimada por veículo não**



***identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no seguro objeto desta lei.***” (grifo nosso)

Ademais, a Lei nº 6.194/74 não se encontra sob o juízo das circulares e resoluções administrativas. Vê-se, portanto, que a alegação de ilegitimidade passiva se porta apenas, a meras resoluções administrativas, advindas da SUSEP e CNSP, num evidente prejuízo aos Princípios da Legalidade e da Hierarquia das Normas.

Desta forma, o DPVAT poderá ser requerido junto a qualquer seguradora, no caso vertente, a demandada, que faz parte do consórcio de seguradoras, acima referido.

### **3ª PRELIMINAR – DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO FACE À NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**

No que tange à preliminar acima de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para o processamento e julgamento da presente demanda, igualmente não merece prosperar, eis que se mostra desnecessário a submissão da promovente à nova perícia médica, quando comprovadas as seqüelas decorrentes do sinistro em laudo elaborado por perito médico oficial.

Atestados o tipo e a gravidade das lesões (**debilidade permanente de membro inferior**), pelo que dispõe o artigo 3º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o qual menciona, inclusive, que os danos pessoais compreendem indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sem distingui-los, requerendo apenas que se demonstre, quando possível, eventual percentagem de redução funcional;

Conforme se denota dos documentos colacionados aos autos, torna-se totalmente desnecessário que o demandante se submeta a novos exames médicos. Logo, afigura-se inteiramente incabível a efetivação de perícia em sede judicial para a aferição das lesões e da invalidez que ora lhe acobertara. O legalmente exigido para o recebimento da indenização é tão somente a simples comprovação do sinistro, conforme aponta o art. 5º da legislação supramencionada, e este fora aferido de forma incontroversa. As lesões sofridas pelo sinistrado encontram-se perfeitamente constatadas nos autos, que especificam de maneira incontestada sua debilidade permanente (**debilidade permanente e definitiva**).

Portanto, o laudo emitido pelo Instituto Médico Legal supre o imperativo pericial, confirmando, com fé pública, a lesão de caráter permanente sofrida pela parte autora, em consonância ao que dispõe o art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/74.

### **4ª PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO LEGAL CONCLUSIVO**

Com relação a terceira preliminar suscitada pela promovida, ora ré, no tocante a ausência de documento indispensável à propositura de ação, a mesma não merece qualquer guarida, eis que: aduz a demandada que não está presente aos autos o Laudo do Instituto de Medicina Legal.

No entanto, o art. 33, da Lei nº 9.099/95, determina a que *“todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias”*.

Conforme se verifica nos autos, os documentos citados pela promovida encontram-se acostados no **Evento** do sistema E-JUS. Dito isto, os documentos acostados até/e durante a realização da audiência de instrução e julgamento são hábeis para compor o rol de provas que instruem a fase de conhecimento do processo. Ainda neste entendimento, conforme preceitua o art. 33 Lei nº 9.099/95, **“Todas as provas serão produzidas até a audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerarem excessivas, impertinentes ou protelatórias.”** ficando afastados os argumentos em contrário.

Ressalte-se ainda, que **a lei, quando determinou indenização devida por lesão permanente, NÃO ESPECIFICOU A NECESSIDADE DE DEFINIR GRAU desta lesão para que fosse necessário o seu pagamento.** Basta que haja simples prova do acidente e da lesão deste decorrida. Assim está descrito na Lei nº 6.194/74:

*“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.*

Assim, estando o Laudo de Exame Pericial descrevendo a debilidade que acometeu a vítima, apta está a perceber o seguro obrigatório DPVAT. Com isso, **percebemos que não restam dúvidas a permanência de uma lesão sobre a parte promovente**, sendo totalmente cabível a indenização aqui pleiteada.

**Desta forma, o termo “QUANTIFICAR”, tal qual expresso no diploma legal específico do Seguro DPVAT, quer dizer, tão somente, a enumeração das lesões sofridas pelo sinistrado, requisito este que foi completamente atendido, já que o laudo do ILM não deixa dúvidas que o acidente ocorrido com o recorrido causou-lhe debilidade permanente.**

## **DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer o promovente, digne-se Vossa Excelência em rejeitar as referidas preliminares acima debatidas, e julgue **TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda, tudo no mais remissível a exordial.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

**LIDIANI MARTINS NUNES**  
OAB/PB 10.244



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE RIO TINTO

Fórum Des. Francisco Espínola - Rua Ten. José de França, s/n, Centro - CEP 58297-000 - Fone (83)3291-1881

Ofício nº 539/2011

2002509347997

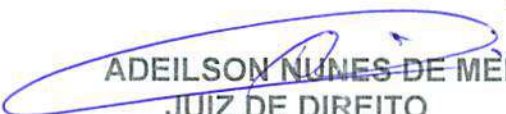
Rio Tinto, 18 de maio de 2011

e

Senhor Juiz,

Sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência, o estado em que se encontraM os autos da Ação de Cobrança, movida por **Ivaildo Severino Souza da Silva** contra ITAU SEGUROS S/A, tudo conforme cópia na íntegra da referida ação que segue em anexo.

Atenciosamente,

  
ADEILSON NUNES DE MELO  
JUIZ DE DIREITO

Exmº. Sr.

DR. JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO CIVEL DA CAPITAL  
JOÃO PESSOA-PB

FÁTIMA



05820100000668



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

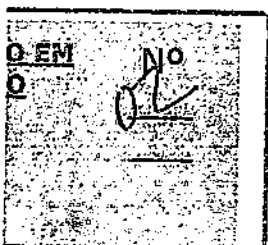
DA

PARAÍBA

1ª INSTÂNCIA

**VISTO EM  
AUDITAGEM**

MAR/2011



ACAO DE COBRANCA

0582010000066-8

VARA UNICA DE RIO TINTO DIST.: 05/03/2010 10:06  
AUTOR - IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA

REU - ITAU SEGUROS S/A

AUTUACAO EM \_\_/\_\_/\_\_

ANALISTA: *[Signature]*

**VISTO EM INSPEÇÃO**

2011

2ª INSTÂNCIA

Arquivo assinado em, 06/06/11 18:23 por:  
CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 2 / 11





**BALBINOS ASSESSORIA JURÍDICA – Unidade I**  
**Dr. Wamberto Balbino Sales**  
**Rua Delmiro Gouveia, nº.97, São José**  
**1º andar- Campina Grande-PB.**  
**Tel (083) 3342-2704**



Excelentíssimo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) da Vara Cível da Comarca de RIO TINTO,  
 Estado da PARAIBA.

**ART. 10, DA LEI n. 6.194/74 –**

**“ OBSERVAR- SE-Á O PROCEDIMENTO  
 SUMARÍSSIMO DO CÓDIGO DE  
 PROCESSO CIVIL NAS CAUSAS  
 RELATIVAS AOS DANOS PESSOAIS  
 MENCIONADOS NA PRESENTE LEI”**

**IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA**, brasileiro,  
 solteiro, agricultor, com CPF nº. 097.361.354-89 e RG nº 3.678.483 SSP/PB,  
 podendo ser intimado na Aldeia Silva de Belém, Rio Tinto - PB, por intermédio  
 de seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional  
 localizado no endereço em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem  
 perante V.Exa., propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.**  
**POR INVALIDEZ.**

Em face de: **ITAÚ SEGUROS S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, podendo  
 ser citada por intermédio de seu representante legal na Praça Alfredo Egídio de  
 Sousa Aranha, nº. 100, Bloco A, 7º andar, São Paulo-SP, CEP.: 04.344-902,  
 expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se  
 encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a  
 poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de  
 assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a  
 impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferidas

em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

## DOS FATOS

O Autor foi vítima de acidente automobilístico, fato ocorrido no dia 16 de Dezembro de 2007, por volta das 15:00 horas, conforme relato da CERTIDÃO POLICIAL, fornecido pela DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BAÍA DA TRAIÇÃO, o promovente conduzia uma motocicleta Honda CG TITAN KS, placa MOL-2458, pela rodovia de acesso a cidade de Baía da Traição, no estado da Paraíba, quando em dado momento outra motocicleta veio de encontro com o autor ocasionando um forte impacto, causando a perda do controle do referido veículo, fazendo com que o autor caísse bruscamente ao solo, sofrendo varias lesões, sendo socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa - PB.

Motivado pelas gravidades dos ferimentos o autor foi submetido a intervenção cirúrgica devido a FRATURA EXPOSTA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO CID S 72.3, cujo procedimento medico comprometeu a função do membro inferior, dentre outras complicações físicas.

Devido à gravidade das lesões sofridas, em especial, FRATURA EXPOSTA DO FÊMUR DIREITO CID S 72.3, o autor convive com seqüelas irreversíveis, perdeu parte dos movimentos, força do Membro e também ficando com seqüelas irreversíveis, perdendo partes das funções neurológicas, tendo os médicos colocado pinos, parafusos e placa.

Ainda em anexo, para que não haja quaisquer dúvidas sobre a causa do sinistro, encontram-se: Atestado Médico (FRATURA DO FÊMUR DIREITO CID: 10 S 72.3) do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, na cidade de João Pessoa, Paraíba.

Douto Juiz, a Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de trinta dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente e a comprovação do dano.

A norma jurídica que disciplina o seguro DPVAT, sofreu grandes alterações em que pese o espírito do legislador em realmente atender o caráter social e assistencial tendo a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, publicada no DOU de 5.6.2009, alterou de forma substancial a Lei 6.194/74, se não vejamos:

O Art. 31 passou a ter a seguinte redação: Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por

04 F

invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

.....  
§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

#### DO DIREITO

Acontece que o DPVAT não pode ser pleiteado junto a Demandada, porque se nega a receber a liquidar o seguro, visto que, entende que o beneficiário deve comprovar de forma efetiva o pagamento do DUT do veículo atropelador.

A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, ainda determina.  
In verbis:

“ Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.”

**Ressalte-se que foi um grande e substancial avanço da norma em que pese ao legislador abandonar o dano, passando a quantificar as lesões entendidas pelas seguradoras agora como “ sequelas residuais” em grau mínimo em 10% (dez por cento).**

Ressalte que em conformidade com o novo texto legal, até mesmo as sequelas de pequeno porte, aquelas de deixam resíduos, fragmentos segundo a norma jurídica devem ser indenizados.

O que obviamente não poderia mas ocorrer era condicionar o pagamento das indenizações a amputação, perda de órgão vitais para só assim o beneficiário receber a indenização devida por lei. O pagamento diante

das inovações passou desta forma a ter outra conotação e interpretação determinando o pagamento ate mesmo em casos de pequena debilidade.

Nunca é demais ressaltar que o Art. 5º da Lei 6.194/74 prevê que a indenização securitária seja paga "independentemente da existência de culpa", bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Essa disposição contraria o art.787, CC, acima transcrito que define o seguro de responsabilidade como sendo o que garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo seguro a terceiro.

Em consonância o art. 927, CC, estabelece que a obrigação de reparar surgirá quando for praticado ato ilícito que cause danos a outrem, não é imaginável pretender que um seguro garanta indenização mediante "simples prova do acidente e do dano", sem perquirir acerca do causador ou do responsável pelo sinistro, seja considerado como de responsabilidade civil, o que configuraria uma aberração jurídica.

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Portanto, ainda que se considere que a dispensa do elemento culpa se deve ao fato de a Lei 6.194/74 tratar de responsabilidade civil objetiva, não se pode olvidar o fato de que essa norma não pressupõe ao menos que a vítima seja um terceiro prejudicado (outrem), mas, ao contrário disso, ainda diz que havendo vítimas em mais de um veículo envolvido, a indenização será paga pela seguradora dos respectivos veículos. O que mais uma vez comprova que esse seguro é simplesmente de dano e não de responsabilidade civil.

A Lei n. 6.194/74 determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a promovida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal infra citado.

Como se observa, a Lei não pode se curvar aos interesses macro ambiciosos das seguradoras, que militam no ramo de seguro deste País, sendo que, na verdade o veredicto, caracterizaria num perigo para o cidadão comum.

Quanto ao Direito a percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

***"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Grifo nosso.***

Infere-se no dispositivo legal infra-citado que a indenização será devida mediante a "SIMPLES" ocorrência do acidente e do "DANO" por ele provocado.

O Governo Federal, em maio de 2007, sancionou a Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, atendendo pleito das seguradoras, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT, correspondia à 40 (quarenta) salários mínimos, reduziu o valor da indenização sendo que o novo texto passou a ter a seguinte redação:

O "Art. 3º, In verbis:

" Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;**

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares**

As modificações introduzidas na Lei 6.194/74, que trata do seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, o conhecido Seguro DPVAT, foi atropelada pelo Poder Executivo Federal, vez que as modificações introduzidas vieram apenas reduzir os encargos e contemplar das companhias seguradoras, as quais na grande maioria são multinacionais, e grandes operadores financeiros e grandes Bancos .

O Art. 333 do Código de Processo Civil, determina que:

**"O ônus da prova incumbe:**

**I-(...)**

**II- ao réu, quanto a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor."**

#### DA JURISPRUDÊNCIA

Recentemente, a 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em outro processo similar, assim pronunciou sobre a ausência de Laudo do IML, senão vejamos:

**JULGADOS DA QUARTA CAMARA**

**PUBLICAÇÃO: 24 DE MAIO DE 2006**

**"APELAÇÃO CÍVEL Nº 078.2005.000.926-1/001**

**RELATOR Dr. Antônio de Pádua Lima Monte Negro**

**APELANTE: Unibanco Aig Seguros**

**APELADO: Sérgio Ricardo Souto Campos**

**DPVAT. Seguro obrigatório. Invalidez permanente. Indenização.**

**Procedência da ação. Apelação Cível - Preliminar de carência de ação.**

**Rejeição. Preliminar de falta de legitimidade passiva. Rejeição.**

**Alegação de competência da C N S P (Conselho Nacional de Seguros**



Privados) para editar instruções. Impossibilidade de vinculação de indenização ao salário mínimo. Apelação Cível desprovida. Não há que se falar em carência de ação pela ausência de comprovação documental concernente ao laudo pericial do IML, quando presente nos autos outros elementos de prova que comprovam plenamente a pretensão do Autor. Possuem legitimidade para figurar no pólo passivo da ação de cobrança para recebimento de indenização do seguro todas as seguradoras que fazem parte do consórcio previsto no artigo 7º da Lei 6194/74. O valor da indenização devida em virtude do seguro, DPVAT, em caso de invalidez permanente, é de até 40 (quarenta) salários mínimos, nos termos do art. 3º da Lei 6.194/74, devendo prevalecer essa norma frente ao teto fixado pela CNSP. É legítima a fixação do valor devido em razão do seguro DPVAT, com base no salário mínimo, nos termos da Lei 6.194/74, por não traduzir um fator de correção, mas de simples fixação do valor da indenização. ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por votação unânime, em REJEITAR AS PRELIMINARES, E, NO MERITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL, na conformidade do relatório e voto do Relator, que passam a integrar o julgado". - GRIFAMOS

Com o advento da Lei nº 8.441/92, atacada pela Recorrente, esta foi ainda mais genérica, abrangente, visto que, o objetivo do DPVAT, não é o de enriquecer as seguradoras que exploram o ramo do seguro obrigatório, mas tão somente de amparar as vítimas e os parentes das vítimas de acidente de trânsito que em nosso país mata milhares de pessoas.

#### DO REQUERIMENTO

PELO EXPOSTO, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, Art. 31 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, requer a procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente ao seguro DPVAT, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do MEMBRO INFEIOR e também ficando com seqüelas irreversíveis, adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

1- Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR (Correios e Telégrafos);

2- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;

3 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documental e depoimento do autor;

4-requer a intimação das testemunhas cujo rol segue ao pé desta, para serem inquiridas em audiência a ser designada pelo Douto Juízo;

08 F

5 – com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro;

6- seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;

7- REQUER COM FUNDAMENTO NO ART. 10 DA LEI N° 6.194/74, SEJA DADO A PRESENTE O RITO SUMÁRIO;

8- seja intimada a direção do Hospital de Trauma em João Pessoa, para que fornecer cópia do prontuário medico do autor, objetivando possibilitar ao Juiz, elementos para proferir o seu livre convencimento;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá a presente causa o valor de R\$ 13.500,00, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,  
Pede e Espera deferimento.

Campina Grande-PB, em 12 de Novembro de 2009.



Bel. Wamberto Balbino Sales.  
-ADVOGADO-

## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

**Outorgante:** IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA, brasileiro(a),  
SOLTEIRO, AGRICULTOR, portador do CPF/MF  
 nº 097.361.354 - 89, residente e domiciliado  
 no(a) ALDEIA SILVA DE BELÉM, RIO TINTO -

PB, nomeia e outorga poderes ao **Outorgado:** Bel. WAMBERTO  
 BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, podendo ser intimado no a Rua Delmiro  
 Gouveia, nº.97, São José, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e  
 gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC,  
**COM FIM ESPECIAL DE PATROCINAR A DEFESA DO OUTORGANTE, junto a**  
**processo na Comarca de** RIO TINTO - PB, podendo os outorgados,  
 confessarem, assinarem, desistirem, proporem acordo, receberem intimações, darem  
 quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições, firmarem, apresentarem recurso e  
 contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com  
 ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do  
 julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar apelação criminal, ou,  
 qualquer outro, remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do  
 Estado da PARAÍBA, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários  
 ao bom e fiel desempenho deste mandato.

### CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado  
 firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que honorários advocatícios,  
 serão pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da  
 condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos  
 honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente  
 contrato, nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar  
 lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que surta  
 seus jurídicos e legais efeitos.

CAMPINA GRANDE - PB, em 32 / 11 / 2009.

*X* Ivaldo Severino Souza da Silva  
 \* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.932, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38  
 do CPC.

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
Nome  
Nascimento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SECRETARIA DA PAZ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA NACIONAL  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



Ivaldo Severino Souza da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Correios

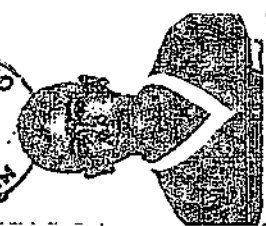
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	3.678.483	DATA DE EXPECÇÃO	10/07/2008
NOME	IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA		
FILIAÇÃO	SEVERINO PAULO DA SILVA MARIA DA PENHA DE SOUZA		
NATURALIDADE	RIO TINTO-PB	DATA DE NASCIMENTO	29/03/1992
DOS ORIGEM	NASC.N.12081 FLS.14 LIV.12		
CPF	CARTORIO RIO TINTO-PB		
ASSINATURA DO DIRETOR			
LE Nº 7.116 DE 29/08/81			

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
 CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 11003 Série 00033910



*Ivanildo Severino Souza da Silva*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome IVANILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA  
 Loc. Nasc. RIO TINTO Est. PA Data 29/03/1992  
 Filiação SEVERINO PAULO DA SILVA  
MARIA DA PENHA DE SOUZA  
 Doc. Nº 12.081.462.146.000.0-12

ESTRANGEIROS

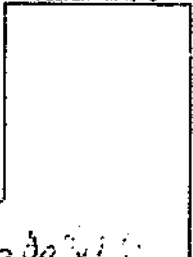
Chegada ao Brasil em ..... / ..... / ..... Doc. Ident. Nº .....  
 Exp. em ..... / ..... / ..... Estado .....  
 Obs.: .....  
 Data Emissão 20/06/2008 DRT Maria Clara Botelho

Santa Assinatura do Funcionário

*Santa*

ALT  
 (Com  
 Nome .....  
 Doc. ....  
 Nome .....  
 Doc. ....  
 Nome .....  
 Doc. ....  
 Est. Civil .....  
 Doc. ....  
 Est. Civil .....  
 Doc. ....  
 Nascimento .....  
 Doc. ....

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
**IVANILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA**

DATA DE NASCIMENTO **29/03/1992** Nº INSCRIÇÃO **0410 1064 1279** D.V. **055** SEÇÃO **0082**

MUNICÍPIO / UF **RIO TINTO/PB** DATA DE EMISSÃO **02/05/2008**

JUIZ ELEITORAL

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS  
 1º TURNO - 05/10/2008

IVANILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA

Inscrição: 0410 1064 1279  
 NASC: 29/03/1992 ZONA: 0055 SEÇÃO: 0082

Arquivo assinado em, 06/06/11 18:23 por:  
 CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 1 / 10



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



## REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Paraíba  
COMARCA DE Rio Tinto  
MUNICÍPIO DE Rio Tinto  
DISTRITO DE Seia

ADEILDA FERREIRA PIMENTEL  
Oficial do Registro Civil  
Adelino Celso Diniz  
RIO TINTO - PARAIBA

Adelida Ferreira Pimentel

Oficial \_\_\_\_\_ do Registro Civil

**NASCIMENTO Nº** 12.081

CERTIFICO que, às fls. 14v. do livro n.º A-12 de Registro de Nascimentos, foi feito hoje o assento de Ivaldo Severino Souza da Silva

nascido aos vinte e nove de março de mil novecentos e noventa e dois (1992) às 3 horas e 30 minutos, em Sítio Silva, neste município e Estado.

do sexo masculino.

filho do Severino Paulo da Silva

natural do Paraíba

e de Dona Maria da Penha de Souza

natural do Paraíba

Sendo avós paternos Paulo Miguel da Silva, falecido

e Dona Severina Laura da Conceição

e avós maternos Severino Antonio de Souza

e Dona Maria Ilaura da Conceição

Foi declarante O pai

e serviram de testemunhas Marcos Aurélio de Oliveira Silva e

Pedro França de Oliveira

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Rio Tinto

27 de julho

de 19 92.

Adelida Ferreira Pimentel  
Oficial

Arquivo assinado em 06/06/11 18:23 por:  
CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 2 / 10

MARIA DA PENHA SOUSA DA SILVA  
ALDEIA SILVA DE BELEM S/N  
RIO TINTO / PB (AG: 14)

Classe: RESIDENCIAL BR Monofásica

Roteiro: 12-256-805-3550

Nº do Medidor: 00000982477

0

Referência: AGO/2009

Emissão: 24/08/2009

703

Nº 702243

5817.51fc.12d0.32bc.2f37.8d55.7ded.70f0

06/2009 - Conjunto MAMANGUAPE

DEC	13.2	5.47	NOMINAL	220
FEC	9.6	2.13	CONTRATADA	
DIC	40.0	7.10	LIMITE INFERIOR	201
FIC	30.0	3.00	LIMITE SUPERIOR	231
DMIC	20.0	0.00		

Identificador para Débito Automático: 00007102189

5/710218-9

NÃO DEIXE DE PRESTIGIAR O FESTIVAL EM  
ALAGOA GRANDE.

ATENÇÃO:

17 A 23 - CAMINHOS DO FRIO.

24 A 31 - FESTIVAL DE ARTE JACKSON DO PANDEIRO.

MARIA DA PENHA SOUSA DA SILVA

AGO/2009

27/08/2009

ALDEIA SILVA DE BELEM S/N

RIO TINTO

CNPJ/CPF 4689052433

22/09/2009

JUL/2009	38	04/08/2009	15,58
JUN/2009	16		
MAY/2009	11		
ABR/2009	16		
MAR/2009	14		
FEV/2009	10		
JAN/2009	9		
DEZ/2008	13		
NOV/2008	16		
OUT/2008	17		
SET/2008	8		
AGO/2008	11		

MEDIA DOS 3 MESES ANTERIORES:  
22 kWh

DISCRIMINACAO	VALOR (R\$)	%
SERVICO DE DISTRIBUICAO DA ENERGIA-SAPB	2,25	51,13
COMPRA DE ENERGIA	1,43	32,50
SERVICO DE TRANSMISSAO	0,18	4,09
ENCARGOS SETORIAIS	0,23	5,23
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	0,31	7,05
OUTROS SERVICOS	0,03	0,00
TOTAL	4,40	100,00

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 11/09/2009. Conforme Resolução 456 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de dívida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado cu as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Neste mês sua unidade está classificada como Baixa Renda, conforme os critérios das Resoluções 246/485 da ANEEL, resultando em um desconto de R\$ 7,73

172224438504 91171

22/07/09 1981 21/08/09 2011 1 30 30

**FORNECIMENTO DE ENERGIA**

CUSTO DE DISPONIBILIDADE

Valor (R\$)

4,00

**IMPOSTOS / ENCARGOS**

PIS:

0,02

COFINS:

0,16

JUROS DE MORA 06/2009

0,03

MULTA 06/2009

0,00

ICMS (ISENTO)

03/09/2009

R\$ 4,40

Arquivo assinado em: 06/06/11 18:23 por:  
CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 3 / 10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 7236183890  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
VI 1 901504491 2007

MARIA HILARIA DA CONCEICAO  
SITIO SILVA DE BELEM SN CASA  
ALDEIA SILVA BELEM  
58297000 RIO TINTO-PB

58368132487 MOL2458/PB

NOVO PB 9C2KC08107R046607

PAS/MOTOCICLO CASOLINA

HONDA/CG 150 TITAN KS 2006 2007

2 P/149 /CI PARTIC VERMELHA

IPVA ISENTO 1º  
PARCELAMENTO/COIAS 2º  
3º

\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 22/08/2007

REST. BEN. TRIBUTARIO

RIO TINTO-PB 28/08/2007  
36714 LOCAL 34100

PB Nº 7236183890 BILHETE DE SEGURO DPVAT  
NOME/ENDEREÇO

MARIA HILARIA DA CONCEICAO  
SITIO SILVA DE BELEM SN CASA  
ALDEIA SILVA BELEM  
58297000 RIO TINTO-PB

58368132487 MOL2458/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO  
PBNº 7236183890 2007 28/08/2007

MARIA HILARIA DA CONCEICAO  
SITIO SILVA DE BELEM SN CASA  
ALDEIA SILVA BELEM  
58297000 RIO TINTO-PB

1 58368132487 MOL2458/PB

901504491 GAS HONDA/CG 150 TITAN KS

2006 9 9C2KC08107R046607

\*\*\*\*\* SEGURO - P A G O

34100-0859324-20070828

15 f

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE TRÁFICO  
CARTÃO DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

11924-0801123 20090909

Seguro

\*\*\*\*\*  
SEGURO 5 4 0

9 9023008107804687

901504491 GAS HONDA/CG

58368132487

MARIA HILARIA DA CONCEICAO

PB Nº 8467174828 2009

58368132487

MARIA HILARIA DA CONCEICAO

PB Nº 8467174828

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE TRÁFICO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE TRÁFICO  
CARTÃO DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

11924-0801123 20090909

REST. BEN. TRIBUTARIO

36714

03/09/2009

Carlos Humberto de Silva

\*\*\*\*\*  
SEGURO 5 4 0 28/08/2009

IPVA ISENTO

2 5/149 /CI PARTIC

VERMELHA

HONDA/CG 150 TITAN KS

2009 12037

GASOLINA

NOVO

PB 90230081078046607

58368132487

MARIA HILARIA DA CONCEICAO

901504491

PB 8467174828

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE TRÁFICO

Arquivo 11924-0801123 20090909  
CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 5/10

Arquivo assinado em, 06/06/11 18:23 por:  
**CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO** pag. 6 / 10



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

**LAUDO MÉDICO**

**INFORMAÇÕES PESSOAIS**

NOME DO PACIENTE	IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	29/03/92
NOME DA MÃE	MARIA DA PENHA DE SOUZA

**DADOS EXTRAÍDOS**

BOLETIM DE ENTRADA N.º	304657
PRONTUÁRIO N.º	35060
DATA DO ATENDIMENTO	16/12/07
HORA DO ATENDIMENTO	16:11
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTO
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA EXPOSTA DO FÊMUR DIREITO
CID 10	S 72.3

**AValiação Inicial:**

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, apresentando ferimento contuso na coxa D com exposição óssea e dor na mão D. Nega desmaio, vômito ou tontura. Consciente. Glasgow 15. Deformidade e perda funcional integral do MLD, sem déficit neurovascular. Atendido: Emergência. Avaliado pelo cirurgião geral e ortopedista. Conduta: exames + internação para tratamento cirúrgico.

**EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:**

Radiografias (coxa D, mão D, bacia)

**RESULTADOS DOS EXAMES**

Rx da coxa D: fratura exposta de diáfise do fêmur direito.

**TRATAMENTO:**

Redução cirúrgica de fratura exposta de diáfise do fêmur D com fixação pelo Dr. Alberto Rodrigues.

ALTA HOSPITALAR : 19/12/07  
DATA DA EMISSÃO: 12/10/09

JRª MARIA DE FÁTIMA S. SOARES  
CRM 2862  
CPF 203.072.254-53  
*Maria de Fátima S. Soares*  
Drª. Maria de Fátima Silva Soares  
CRM: 2862/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Cartão de Vacinação - MS - PNI - SES - PB

Nome: WILSON SOUZA SILVA Data de Nasc.: 25/03/1953  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
\*\*\*\*\*  
Unidade de Saúde: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_

TT dT	TT dT	TT dT	TT dT	TT dT
1ª dose	2ª dose	3ª dose	reforço	reforço
<u>1302-PB</u> <u>05-3</u>	<u>05.08.97</u> <u>Sampaio</u>	<u>03.09.97</u> <u>Teresopolis</u>	<u>reforço</u> <u>18</u> <u>04</u> <u>03</u> <u>Guanabara</u>	

<u>Sarampo</u> <u>05.03.02</u> <u>15.06.99</u> <u>1302-PB</u> <u>05-3</u>	<u>F. Amarela</u> <u>15.06.99</u> <u>1302-PB</u> <u>05-3</u>	<u>Leishmania</u> <u>03.04.08</u> <u>1302-PB</u> <u>05-3</u>	<u>Varicela</u> <u>03.04.08</u> <u>1302-PB</u> <u>05-3</u>	<u>Trip. Viral</u> <u>23.01.01</u> <u>1302-PB</u> <u>05-3</u>
<u>Hepatite</u> <u>1ª dose</u> <u>17.08.99</u> <u>HERNICE</u>	<u>Hepatite</u> <u>2ª dose</u> <u>23.01.99</u> <u>DASIA</u>	<u>Hepatite</u> <u>3ª dose</u> <u>10.05.02</u> <u>Guanabara</u>	<u>reforço</u> <u>15.06.99</u> <u>1302-PB</u> <u>05-3</u>	<u>reforço</u> <u>10.05.02</u> <u>1302-PB</u> <u>05-3</u>
PARA TODAS AS VACINAS ANOTAR: Nome, data, lote, rubrica, código ou nome da Unidade e Município onde recebeu a vacina.				

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA	PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE RIO TINTO	COMARCA DE RIO TINTO
RESULTADO DISTRIB.SORTEI005/03/2010	RESULTADO DISTRIB.SORTEI005/03/2010
DISTRIBUICAO:	DISTRIBUICAO:
0582010000066-8 10 HORAS 06 MINUTOS	0582010000066-8 10 HORAS 06 MINUTOS
CLASSE: 213-9 ACAO DE COBRANCA	CLASSE: 213-9 ACAO DE COBRANCA
SERIE : 01 VLR: 0,00	SERIE : 01 VLR: 0,00
AUTOR : IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA	AUTOR : IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA
REU : ITAU SEGUROS S/A	REU : ITAU SEGUROS S/A
VARA : VARA UNICA DE RIO TINTO	VARA : VARA UNICA DE RIO TINTO
JUIZ : ADEILSON NUNES DE MELO	JUIZ : ADEILSON NUNES DE MELO
PROMOT: JOSE RALDECK DE OLIVEIRA	PROMOT: JOSE RALDECK DE OLIVEIRA

Vistos, etc.

Cite-se como requerido.

Rio Tinto, 19 de abril de 2010.

Adeilson Nunes de Melo  
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi estes autos.

Rio Tinto, 19 de 04 de 2010

Maujo  
O Escrivão

receitei  
NF, digo, Carta  
de Citação

Protocolado e arquivado, dia 21

21.06.10

Maujo



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE RIO TINTO  
Rua Tenente José de França, s/n, Centro, CEP 58.297-000  
Rio Tinto, 21/06/2010

Ilmº Sr.  
Gerente DO BANCO ITAU SEGUROS S/A  
Praça Alfredo Egídio de Sousa Aranha nº 100 – Bloco A – 7º Andar – São  
Paulo-SP CEP 04.344-902

### CARTA DE CITAÇÃO/AR

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, pela presente, CITO Vossa Senhoria para tomar inteiro conhecimento da Ação de Cobrança, movida por Ivanildo Severino Sousa da Silva, processo nº 05820100000668, e apresentar, querendo, resposta em 15 dias, sob pena de revelia. Cópia da inicial anexa.

Assim, considero V.Sª., devidamente CITADO para todos os efeitos legais.

*Atenciosamente,*

*Marcos da Cunha*  
TECNICO JUDICIARIO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Banco Itaú S/A			
RUA JABOQUARA, 100, 3º ANDAR			
CIDADE / LOCALITÉ		UF	PAÍS / PAYS
04.344-902		SP	Brasil
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
Cota de Citação		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
Proc. nº 058.2010.000.066-8		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURO / VALEUR DÉCLARÉE	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	CARIMBO DE ENTREGA / CARIMBO DE DÉLIVRANCE
			CDD JABOQUARA/SP
NOME E SOBRENOME DO RECEBEDOR / NOM / NÔM / SIBILE DU RÉCEPTEUR		74 JUN 2010	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGÉ	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-D

PC0463 / 10

11.1.11

CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIM TO	AR
	AVIS CN07	

CODIGO DE BARRAS (OPTIONAL)

SO 32837149 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
22/06/2010
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AE Rio de Janeiro PB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR		
	ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE DE RETOUR		
	RUA JABOQUARA, 100, 3º ANDAR		
	CDD JABOQUARA/SP		
	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
	RIO DE JANEIRO	BR	BRASIL

235

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE RIO  
TINTO - PARAIBA

RECIBO EM 07/07/10

Analista: Técnico Judiciário

Proc. 058.2010.000066-8

ITAU SEGUROS SA, já devidamente qualificada, por seus procuradores ao final assinados, com endereço profissional à Rua da Hora, 692, Espinho, Recife-PE, CEP 52020-010, local onde recebem intimações, nos autos da ação proposta por IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA, vem perante V. Exa. apresentar CONTESTAÇÃO, o que faz consoante as razões a seguir expostas para ao final requerer:

#### 1. REQUERIMENTO INICIAL

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente para a pessoa do Bel. Rostand Inácio dos Santos, OAB/PE 22.718.

Vale destacar que requerimento desta espécie é plenamente admissível e desrespeito ao mesmo implica em nulidade da intimação, conforme entendimento manso e pacífico, e.g.:

*"Havendo designação prévia e expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade" (STJ-RT 779/182)*

no



Aldney Graciele Castejon dos Santos  
MATRÍCULA 011.485.454-84

hs 39:54



246

Requer, assim, que todas as intimações sejam dirigidas única e exclusivamente para o referido profissional, lançando-se o nome do mesmo na capa do processo.

## 2. BREVE SÍNTESE DA LIDE

O autor propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16 de dezembro de 2007.

Em decorrência do referido acidente, diz o autor ter ficado com debilidade permanente.

Assim, ingressa com a presente ação pleiteando, a condenação da demandada ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização securitária.

## 3. REESTABELECENDO A VERDADE DOS FATOS

Faz-se necessário explicitar os fatos descritos na inicial para que este Juízo possa melhor compreender a forma dos valores que deverão ser pagos a parte autora a título de indenização securitária. Ora, após o acidente, constatando que a parte autora apresente a invalidez permanente parcial incompleta, deverá dessa forma o pagamento da indenização ser realizado de acordo com o disposto no art.3º, §1º, alínea II da lei 6194/74.

No presente caso, não há nenhuma comprovação por meio de documento hábil e legal das lesões alegadas por parte do autor.

Acaso a invalidez da parte autora seja total e completa, terá direito a receber a indenização integral de R\$ 13.500,00, prevista no artigo 3º. da lei 11.482/07. Contudo, como ela foi parcial incompleta, deve ser indenizada na exata proporção prevista em lei. Adiante-se que o pagamento de indenização conforme o percentual de invalidez não é nada de estranho ou novo em nosso ordenamento. O regimento do DPVAT sempre foi assim, como também o é, por exemplo, a legislação acidentária do INSS,



258

como de todos sabido. Tentar pleitear indenização integral por evento parcial é contrário ao nosso sistema e evidente tentativa de enriquecimento ilícito.

#### 4. PRELIMINARMENTE

##### 4.1. Da ilegitimidade passiva da demandada e necessidade de substituição pela Seguradora Líder

Para aprimorar ainda mais o Seguro DPVAT, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, através da sua Resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois Consórcios específicos a serem administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou simplesmente Seguradora Líder – DPVAT, através da Portaria nº 2.797/07, publicada em 07 de dezembro de 2007.

A Seguradora Líder - DPVAT é uma companhia de capital nacional, constituída por seguradoras que participam dos dois consórcios, e que começou a operar em 01 de janeiro de 2008.

As seguradoras consorciadas permanecem responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais dúvidas e reclamações da sociedade. Contudo, a Seguradora Líder – DPVAT passou a representá-las nas esferas administrativa e judicial das operações de seguro, o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações.

Desta forma, é a Seguradora Líder, pessoa jurídica distinta das seguradoras que a compõem, que é responsável pela administração do DPVAT, bem como pagamento das indenizações.

Por isto, requer o acolhimento da presente preliminar, excluindo a **BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS**, da lide, mantendo-se unicamente a pessoa jurídica **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.**(CNPJ n. 09.248.608/0001-4, e sede na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar, centro, rio de Janeiro/RJ) quem responderá e indenizará em caso de eventual procedência dos pedidos.



Alternativamente, caso não seja o entendimento deste Juízo pela substituição da Ré, requer a inclusão da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A para integrar a lide na qualidade de litisconsorte passiva.

#### 4.2. Da carência de ação por falta de interesse de agir

Ainda que se ultrapassassem os argumentos acima expostos, o que apenas se admite a título de argumentação, deve a presente demanda ser extinta por falta de interesse de agir da parte autora.

A parte Autora em nenhum momento reclamou, através da via administrativa, a indenização que ora pleiteia judicialmente. E, se reclamou, em nenhum momento provou o alegado.

É lícito presumir que a parte autoral tenha deixado de procurar previamente a Seguradora Ré com o propósito de evitar a análise técnica do seu pleito, no processo denominado *regulação do sinistro*, quando as eventuais irregularidades documentais podem ser mais apropriadamente apuradas.

O exercício do direito de ação tem seu termo inicial na data em que o evento danoso ocorreu, pois esse direito fica subordinado à condição suspensiva, que impossibilita, enquanto pendente, o titular do direito de agir judicialmente para torná-lo efetivo. Importa em dizer que o direito sujeito à condição suspensiva não é, ainda, direito adquirido, ao qual corresponda uma ação, a teor do art. 125 do novo Código Civil (que praticamente repete os dizeres do art. 118 do Código Civil de 1916), *verbis*:

Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral o necessário interesse processual.

Por oportuno, nesse sentido, vejamos recentíssima sentença proferida pelo Juiz da 12ª Vara Federal de Pernambuco:



275

*"Esclareço que o julgamento da demanda, no tocante à cobertura securitária, é imprescindível apenas se não houver solução em sede administrativa"* (Processo de nº 2006.83.00.009309-0 – 12 vara federal - ANDRE CLAUDIO BARRETO VINHAS E OUTRO x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA x CAIXA SEGURADORA S/A)

Ora, um procedimento que não observa os ditames de lei, por ser carente do interesse processual, não deve ser considerado como Devido Processo Legal. E, não o sendo, jamais pode estar compreendido na entrega da prestação jurisdicional assegurada constitucionalmente.

Isto posto, resta patente a falta de interesse de agir, vez que a parte autora não esgotou a via administrativa, não restando interesse de agir.

## 5. DO MÉRITO – RAZÕES PARA A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela parte autora.

Nos itens seguintes, rebater-se-ão, pontualmente, cada qual dos argumentos suscitados pela parte autora, demonstrando-se, assim, o total descabimento de seus pleitos.

### 5.1. Da previsão legal da Lei 6.194/74 para os casos de invalidez permanente.

Para fundamentar seu pedido, a parte autora sustenta que o valor que deve ser pago encontra-se sob a égide da Lei 6.194/74\*, a qual prever que nos casos de invalidez permanente o valor indenizável é equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na época da liquidação administrativa.

Sendo assim, alegando ser detentora de invalidez permanente total, a parte autora pleiteia indenização securitária correspondente ao teto máximo indenizável.



Ocorre que, a Lei 11.482/2007 alterou o valor da indenização do seguro DPVAT para ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser observado os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez, ora anexada à referida Lei.

O art. 3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

(...)

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de invalidez permanente; e

III – Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I – quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinqüenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de seqüelas residuais.(...) (grifo nosso)."

288

Vê-se que apesar da clareza do texto legal, a parte autora pretende o recebimento de indenização no valor máximo indenizável, o que não tem apoio na legislação em vigor. Havendo invalidez parcial, a indenização deve ser proporcional ao mal sofrido, conforme os percentuais previstos na tabela indicada na lei.

Cumpre destacar que a parte autora possui uma invalidez permanente parcial incompleta, o que ensejará o pagamento de indenização nos termos do inciso II, §1º da Lei 11.482/2007, sendo esta proporcional ao percentual constatado através de perícia médica.

A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º. da lei 11.482/07) leva em consideração que apenas a invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.

Esquemáticamente abaixo consta como se deve proceder a avaliação da debilidade da parte autora:

INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DA INVALIDEZ	INDENIZAÇÃO
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou inferiores	70% (R\$ 13.500,00) = R\$ 9.450,00	XX% (percentual a ser avaliado por meio de perícia médica) (R\$ 9.450,00)	XX (valor indenizatório que deverá ser pago após o cálculo do percentual da perícia)

Torna-se imprescindível destacar que o uso da tabela para cálculos de percentuais de invalidez encontra-se regulado na própria Lei 11.482/2007, devendo assim ser adotada para os casos de invalidez permanente parcial.

Importante mencionar que o STJ adota o posicionamento da diferenciação legal da invalidez total e parcial, determinando o pagamento da indenização de forma proporcional ao percentual de invalidez constatado.

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO.

2

2018

POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.

II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

III. Recurso não conhecido.

(REsp 1169614, Relator: Ministro Aldir Passarinho Junior, EMENTA / ACORDÃO-DJ: 31/08/2009

Destaque-se, outrossim, recente decisão proferida pelo Estado da Paraíba quanto à questão:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Invalidez permanente parcial. Indenização. Procedência do pedido. Irresignação. Preliminares. Carência de ação. Falta de interesse processual. Rejeição. Indeferimento da petição inicial. Ausência de documento essencial à propositura da ação. Rejeição. Pagamento. Lei aplicável. "tempus regit actum". Aplicabilidade de tabela para cálculo indenizatório. Provimento parcial do apelo. Tendo em vista que a Seguradora, na contestação alegou que a documentação apresentada não é suficiente para que haja o direito, percebe-se que o recebimento imediato da indenização seria inviável, ou seja, que a via administrativa, se intentada, estaria fadada ao insucesso, pelo que fica caracterizado o interesse processual no manejo da presente. Constando dos autos laudo do IML, quantificando a lesão sofrida pelo autor, não há que se falar em ausência de documento indispensável à propositura da ação. À indenização assegurada em seguro obrigatório de responsabilidade civil - DPVAT - aplica-se a lei vigente ao tempo do fato, em razão do princípio "tempus regit actum". Em caso de invalidez permanente parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.

Ante o exposto, sem manifestação ministerial, AFASTADAS AS PRELIMINARES, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, para reduzir o quantum indenizatório ao patamar de R\$ 1.350,00.

(Apelação Cível nº 004.2007.000.392-8/001, Relator: Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, 4ª Câmara Cível, TJPB, João Pessoa, 22/09/2009).

O Colégio Recursal do Estado do Ceará assim se pronunciou em casos Análogos:

2



EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SEGURO (DPVAT). PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO PARA JULGAR A MATÉRIA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. CAUSA COMPLEXA. INOCORRÊNCIA. Não há tal necessidade de laudo, sendo que a convicção do juiz basta para o julgamento da questão, tendo em vista constar nos autos provas da ocorrência do sinistro e do pagamento administrativo realizado pela seguradora, que suprem uma eventual ausência. QUANTIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. DO SEGURO. POSSIBILIDADE. ESTABELECIMENTO PELA LEI QUE REGE A MATÉRIA NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. No que tange à possibilidade de graduação do valor da indenização securitária em face do grau de invalidez, revendo meu entendimento anterior sobre o tema, forçoso reconhecer que o art. 3º da lei nº 6.194/74 já dispunha na alínea "b" sobre a possibilidade do estabelecimento em "até" 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, no caso de invalidez permanente. Referida lei não determinou, por sua vez, que seria editada uma norma para regulamentar essa graduação, prevendo, tão somente, em caráter geral no art. 12, que o Conselho Nacional de Seguros Privados "*expedirá normas disciplinadoras que atendam ao disposto nesta lei*" não sendo este o caso para a previsão do art. 3º letra "b" onde resta estipulada, claramente, a possibilidade de graduação do valor do seguro. Tal conclusão se mostra verossímil quando no citado artigo, alínea "a", há previsão de pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos para o caso de morte do segurado, e de até 40 (quarenta) salários mínimos, letra "b", para os casos de invalidez permanente, ou seja, a lei tratou diferentemente situações também, diferentes, o evento morte e o evento invalidez. Aquele, pela própria natureza do dano infligido ao segurado, como teto para valor indenizatório, e este, a depender do grau de invalidez, terá o valor fracionado podendo atingir o valor máximo. Assim se a lei distinguiu as situações, não é dado ao intérprete equipará-las. Incumbe, nesse diapasão, ao judiciário, à falta de expressa estratificação na lei dos valores do seguro nos casos de invalidez permanente, a valoração do quantitativo de acordo com as seqüelas deixadas no segurado, não se podendo argüir, desse ato, nenhuma nulidade posto que em situações de reparação por dano moral, constitucionalmente prevista, se mensura constrangimento, aborrecimento, sofrimento e dor, através de critérios bem mais subjetivos que o caso. RECURSOS CONHECIDOS. SENTENÇA REFORMADA. (Processo nº 2008.0000.5157-4/1; 2ª Turma

Desta forma, em conformidade aos entendimentos jurisprudenciais e a previsão legal sobre a matéria, requer a total improcedência do feito, não merecendo prosperar o pleito da parte autora em receber o teto máximo indenizável.

## 5.2. Da Incapacidade do Autor - necessidade de realização de perícia médica

Referido seguro oferece cobertura às pessoas vitimadas que restaram permanentemente inválidas até o limite estipulado pela Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006, hoje convertida na Lei nº. 11.482, de 31 de maio de 2007, a qual determina que o valor a ser pago a título de Seguro Obrigatório DPVAT, nos casos de sinistro invalidez, é da ordem de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O valor da indenização para invalidez permanente só é pago à vítima a partir do momento em que foi determinado o caráter definitivo da invalidez e, ainda assim, proporcionalmente ao percentual da incapacidade de que o autor é portador, devidamente comprovado através de rigorosa perícia médica, razão pela qual a presente ação está fadada a mais absoluta improcedência.

Resta claro que a realização de perícia médica judicial, com a conseqüente confecção de laudo médico pericial pormenorizado, e que atenda às especificações impostas pela Resolução nº 1/75 expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que é o órgão normatizador da matéria, é indispensável ao deslinde da demanda.

Posto isto, resta evidente que o Seguro Obrigatório visa garantir ao sujeito passivo do dano, ou aos seus beneficiários, uma indenização direta, sem levar em conta o aspecto de sua satisfação econômica. Sua essência, portanto, é a de uma garantia social mínima às vítimas do evento danoso ou aos seus beneficiários.

Cabe salientar que, caso esse d. Juízo entenda ser necessária a realização de perícia médica, a Ré em nada se opõe, desde que não fique a cargo desta qualquer ônus que,

316  
por ventura, possa advir com a produção desta prova, uma vez que, inclusive, cabe ao Autor, por representar prova de fato constitutivo de seu direito.

### 5.3. Dos juros legais e da correção monetária

Com relação aos juros de mora e a correção monetária determinados entende a ré, que os mesmos devem seguir o posicionamento mais adequado, em perfeita harmonia com a jurisprudência dominante.

*SÚMULA N. 426-STJ.*

*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010*

Assim, os juros de mora, de 1,0% ao mês, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, consoante a prática e, ainda, iterativa Jurisprudência.

Quanto à correção monetária, espera que seja observada a data de propositura da presente como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto na Lei nº 6.899/81.

### 6. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, passa a requerer:

A) o acolhimento das preliminares suscitadas com a conseqüente extinção do feito sem apreciação do mérito;

B) a total improcedência dos pedidos autorais e a condenação do autor nos ônus da sucumbência;

C) Em caso de eventual condenação, que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pelo Autor, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, ora anexada.

316

326


Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas.

Termos em que pede e espera deferimento.

Rio Tinto, 01 de julho de 2010.

Rostand Inácio dos Santos

OAB/PE 22.718



Milena Neves Augusta  
OAB/PE 12006

338

ANEXO

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008, transformada na Lei 11.945/2009).

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais		Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico		
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés		
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior		
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral		
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica		
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital		
Danos Corporais Segmentares (Parciais)		Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores		
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores		
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo		
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé		
Danos Corporais Segmentares (Parciais)		Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais		
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25	
Perda integral (retirada cirúrgica) do baco	10	

RECURSO ESPECIAL Nº 1.119.614 - RS (2008/0252723-3)

RELATOR : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR  
RECORRENTE : EDUARDO MARCELO FERRAZ  
ADVOGADO : CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT E OUTRO(S)  
RECORRIDO : LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A  
ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE CABANELLOS SCHUH  
GABRIEL LOPES MOREIRA  
MARIA ALEXANDRA BURG OLIVEIRA  
ANA CAROLINA GARCEZ DE AZEVEDO E OUTRO(S)

**EMENTA**

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.

II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

III. Recurso não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, não conhecer do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Luis Felipe Salomão, Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) e Fernando Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 04 de agosto de 2009(Data do Julgamento)

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR  
Relator

**Banco Itaú de Seguros S.A.**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**INTER AMERICAN EXPRESS**  
**ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**ELUMA S.A.**  
**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**SEGRESS ADMINISTRAÇÃO E CORRETORES DE SEGUROS LTDA.**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**Had Seguros S.A.**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**XPLAN TECNOLOGIA LTDA.**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**COISA LULA**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**COISA LULA**  
 CNPJ nº 00.000.000/0001-00  
 Rua ... nº ...  
 ...

**Impressão de recibos**  
 ...

**Impressão de recibos**  
 ...

**Impressão de recibos**  
 ...

358





## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

ITAU SEGUROS S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Itaúseg - Parque Jabaquara - São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 81.557.039/0001-07, neste ato representada por seus Diretores Gerentes ASTERIO SAMPAIO MIRANDA, brasileiro, casado, economista, identidade RG nº 6.839.757-4, CPF nº 756.558.108-91 e DIACELMO MENDES VIEIRA, brasileiro, casado, economista, identidade RG nº 6.305.765, CPF nº 648.592.238-53.

### OUTORGADOS:

MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 143.470, GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob nº 110.459 e MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, todos com escritório na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

### PODERES:

Para o Foro, em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como perante quaisquer Repartições Públicas, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão; visando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes(s) com poderes da cláusula "Ad Judicia", e mais os especiais de confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber o dar quitação, assinar termos de penhora, tomar vista em processo, efetuar levantamentos, ratificar ato, prestar depoimento pessoal, requerer medidas assecuratórias e nomear preposto, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT. Poderão os Outorgados substelecarem esta a outrem sempre com reservas de iguais poderes, praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

### FORMA DE REPRESENTAÇÃO:

Os poderes serão exercidos pelos Outorgados isoladamente, independentemente da ordem de nomeação.

### REVOGAÇÃO:

Fica REVOGADA a procuração SEG-155/2007, de 11/07/2007, tendo como procuradores: MARCELO DAVOLI LOPES e outros.

### VIGÊNCIA:

Este mandato vigorará até o último dia do ano civil subsequente ao de sua emissão, inclusive para ingresso dos Outorgados em processos já iniciados ou que venham a iniciar-se até o fim desse prazo; após ser juntada aos autos do processo/procedimento, esta procuração passa a ter vigência até o término da pendência em curso. São Paulo/SP, 27 de Junho de 2008.



ASTERIO SAMPAIO MIRANDA  
Diretor Gerente



DIACELMO MENDES VIEIRA  
Diretor Gerente

13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - SOL AVILMO LUIS MARQUES  
RUA PRINCESA (SMD, 17) - CRÓNICUM PAULISTA - CEP 01101-101 - FONE (51) 3911-2422

Recebido em 13/07/2008  
ASTERO SAMPAIO MIRANDA  
DIACELMO MENDES VIEIRA  
MILLTAS FARIAS MELO SANTOS  
VIA DO SEGRETO - 1098.11.6914251

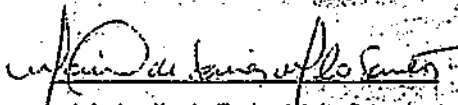


386

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da ITAÚ SEGUROS S/A, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 19.353; CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 19.357; EMILIANA QUEIROGA CARTAXO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB 12.999; FLÁVIO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/PE 10.923; MANUELA MOURA DA FONTE, brasileira, casada, OAB/PE 20.397; MILENA NEVES AUGUSTO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB 12.006; ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 22.718; TÂNIA VAINSENER, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE 20.124, com escritório situado na Rua da Hora, 692, Espinheiro, Recife - PE, CEP: 52020010, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

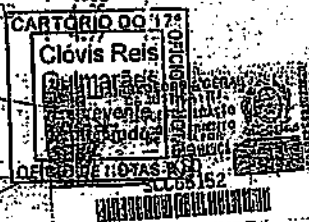
Rio de Janeiro, 12 de maio de 2009

  
Maristella de Farias Melo Santos

DE OFÍCIO DE JÚRIS - Tabelião Carlos Alberto Faria Oliveira  
Rua da Coroa, 53 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9000. Recanço.  
em testemunha a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS  
CPF: 182.549.057/670  
Rio de Janeiro, 12 de maio de 2009. Prof. por:  
da verdade. 30% 10/11/2009

Clóvis Reis Guimarães - Autorizado

30% 10/11/2009  
total



327X

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os presentes autos  
conclusos ao MM. Juiz de Direito para:

(X) Despacho ( ) Sentença

Rio Tinto, 09 de julho de 2010.


Analista/Técnico Judiciário

Vistos, etc.

Defiro o requerimento inicial do promovido, cadastre-se no  
SISCOM o nome do Dr. Rostand Inácio dos Santos, para fique ele recebendo as  
intimações por NF.

Intime-se o autor para no prazo legal, falar quanto as  
preliminares e documentos acostados na contestação.

Rio Tinto, 18 de novembro de 2010.

  
Adelson Nunes de Melo  
Juiz de Direito

VIDEU EM AUDIENCIA  
Processo paralisado há mais de 30 dias. Cumpra, a escrivania, o despacho/decisão judicial, no prazo de 48h  
Em, março de 2011

GERALDO EMÍLIO PORTO  
Juiz Corregedor Auxiliar

CERTIDÃO  
CERTIFICO que expedi  
nota de 7000  
e todas as  
mc SISCO.m

O referido é verdade, dou fé.  
Rio Tiro, 15.04.2011

Marij  
ANALISTA TÉCNICO JUDICIÁRIO

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data JUNTO aos presentes autos o documento abaixo, que segue em fundo:

- |                |                      |
|----------------|----------------------|
| ( ) OFÍCIO     | ( ) CARTA PRECATÓRIA |
| ( ) AR         | (X) FISCÃO           |
| ( ) MANDADO(S) | ( ) CARTA PRECATÓRIA |
| ( )            |                      |

O referido é verdade, dou fé.  
Rio Tiro, 15.04.2011

Marij  
ANALISTA TÉCNICO JUDICIÁRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL

Fórum Mario Moacir Porto, Av João Machado, s/n, Centro, João Pessoa - PB - Fone (83)32082542

Ofício nº 106/2011

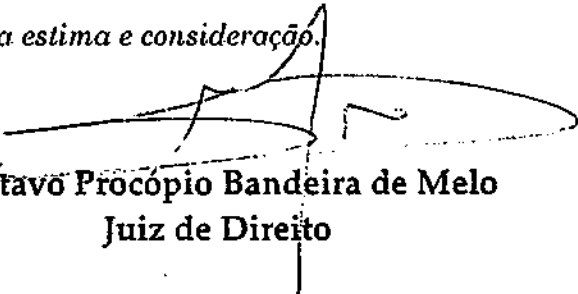
João Pessoa, 22 de fevereiro de 2011

Ao Exmo Sr Dr Juiz da Vara Única da Comarca de Rio Tinto  
Rio Tinto - PB

**Assunto: Solicitação de Informações**

*Sirvo-me do presente para solicitar de Vossa excelência informações sobre a ação 0582010000066-8, para eventual reconhecimento de litispendência e apurar a possibilidade de fraude, tendo em vista o depoimento da parte demandante. Para tanto, solicito cópias do processo 0582010000066-8 e remeto cópias dos autos do processo 2002010934797-7.*

*Protestos de elevada estima e consideração.*

  
Gustavo Procópio Bandeira de Melo  
Juiz de Direito

Arquivo assinado em, 22/02/11 08:07 por:  
SHARA PEREIRA DE PONTES p. g. 1/1

Arquivo assinado em, 06/06/11 18:23 por:  
CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 3 / 17



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
1º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital

PROCESSO Nº 200.2010.934.797-7  
AÇÃO DE COBRANÇA

JUIZ DE DIREITO	Dr. GUSTAVO PROCOPIO BANDEIRA DE MELO
JUIZ LEIGO	Dr. JOSÉ WALLACE LINS DE OLIVEIRA
DEMANDANTE	IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA
DEMANDADO	MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA

TERMO DE AUDIÊNCIA

Em 03 de fevereiro de 2011, às 14h00min, na sala de audiências do 1º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe. Aberta a audiência, foram pelo Juiz Leigo apregoados as partes litigantes. Presente o(a) demandante, acompanhado do advogado(a) Dr(a). Lidiani Martins Nunes, OAB nº 10.244/PB. Presente o preposto do(a) demandado, Sr(a). Luciana Sitônio Alves, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). Evandro de Sousa Neves Neto, OAB nº 13.836/PB. Instalada a audiência e relatado o processo, o Juiz leigo esclareceu as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio. **CONCILIAÇÃO REJEITADA.** Defesa escrita, com preliminar, documentos e acompanhada de carta de preposição. Vista à demandante, em audiência, manifestando-se nos seguintes termos: "MM Juiz, impugnação acostada no evento 15". As preliminares serão apreciadas quando da prolação da sentença. Depoimento pessoal do demandante: que reside na aldeia Silva de Belém, município de Rio Tinto/PB. Não contratou nenhum advogado para interpor a ação contra as seguradoras do seguro DPVAT na cidade de Rio Tinto/PB. Desconhece a existência de outra ação em curso perante a Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB sob o nº 058.2010.000.066-8. Analisando os autos, verifica-se a existência de outra ação em curso perante a Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB sob o nº 058.2010.000.066-8, caracterizando-se a litispendência. Portanto, necessário se faz a CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, no sentido de se oficiar ao Juiz da Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB, para apurar a possibilidade de fraude, tendo em vista o depoimento da parte demandante, tomando as medidas pertinentes. Remeta-se cópias dos presentes autos. Requisite-se informações. Solicite-se cópias do Processo nº 058.2010.000.066-8. Fica encerrada a instrução processual. Recebidas as informações requisitadas volte-me concluso para julgamento. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai devidamente assinada.

Juiz de Direito

Juiz Leigo

Demanda

Advogado(a)

Demanda/preposto

Advogado(a)

Arquivo assinado em, 03/02/11 14:44 por:  
JOSE WALLACE LINS DE OLIVEIRA pag. 1 / 2

Arquivo assinado em, 06/06/11 18:23 por:  
CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 4 / 17

ler de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Assim, não restou alternativa à demandante, senão pleitear a justa indenização à devida, no que tange ao seguro indenização a ela razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância à Lei nº 11.482/2007.

Munida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### III - DO PEDIDO

Ante o exposto, e pelo mais que dos autos consta, REQUER que se digne Vossa Excelência em julgar a demanda totalmente **PROCEDENTE**, condenando a seguradora promovida a pagar a parte autora, a quantia indenizatória equivalente à R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), à título de DPVAT POR DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA FUNÇÃO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, com juros e correções conforme Lei nº 11.482/2007, em sua redação original. E no mais, requer:

- 1- Requer ainda seja à parte promovente concedido os benefícios da Justiça gratuita, pleio venha a ser apreciado em grau recursal, não terá o promovente, condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais da parte *ex-adversa*, sem prejuízo próprio ou de sua família, por ser pobre nos termos da lei;

Arquivo assinado em: 29/07/10 12:06 por: LIDIANI MARTINS NUNES P. 9 3 / 4

- 2- Pugna pela citação da promovida, no endereço constante da qualificação, por meio de carta com aviso de recebimento, nos termos do art. 18, I e II da Lei nº 9.099/95, para querendo oferecer defesa no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

- 3- Alega provar os fatos por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente por meio de prova documental, por se tratar de matéria exclusivamente de direito;

- 4- Pugna pela condenação da promovida em custas judiciais e honorários advocatícios sucumbenciais à razão habitual de 20% sobre o valor da condenação, devidamente corrigidos, caso venha a ser utilizado o disposto no art. 42 da Lei nº 9.099/95, com base no art. 55 da mesma legislação;

- 5- Por fim, requer, ao trânsito em julgado do *decisum*, seja dado início ao processo de execução, independente de nova citação, em não havendo cumprimento da obrigação naquele referido, conforme preceitua o art. 52, IV da Lei nº 9.099/95.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Termos em que,  
Pede deferimento.

João Pessoa, 26 de julho de 2010.

Lidiani Martins Nunes  
OAB/PB 10.244

Arquivo assinado em: 28/07/10 12:06 por: LIDIANI MARTINS NUNES P. 9 4 / 4

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ  
(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB

IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA, brasileiro,  
solteiro, agricultor, residente na Aldeia Silva de Belem, s/n,  
Rio Tinto/PB, vem meio de sua advogada e procurador  
infra-assinada, legalmente constituída nos termos do  
instrumento procuratório incluso, podendo receber  
intimações à Rua João Machado, n.º 399, Sl. 02, cen tro,  
João Pessoa - PB, vem mui respeitosamente perante  
Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO  
PRVAT POR INVALIDEZ DE CARATER PERMANENTE

sob o rito processual da Lei n.º 9.099/95, em face da  
MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA, pessoa jurídica de  
direito privado, com endereço na avenida Epitácio Pessoa,  
723, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, ancorado na Lei  
n.º 11.482/2007 e demais disposições à matéria  
pertinentes, pelos motivos fáticos e jurídicos que a seguir  
passa a expor.

1

I - DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente de  
trânsito, no dia 16 de dezembro de 2007, por volta das  
14:00h, nas proximidades da Aldeia Silva de Belem, zona  
rural de Rio Tinto, quando viajava de carona numa moto e  
o condutor da mesmo perdeu o controle incorrendo em  
acidente de trânsito, o qual, sofreu lesões de natureza  
grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim  
de Ocorrência da Polícia Militar, que segue em anexo;

Em decorrência do acidente, o  
promovente sofreu seqüelas graves - FRATURA  
EXPOSTA DO FEMUR DIREITO, sendo socorrido para o  
Hospital denominado HOSPITAL DE EMERGENCIA E  
TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA em JOAO  
PESSOA, onde submeteu-se a procedimento cirúrgico.

O tratamento médico não foi capaz de  
restabelecer a normalidade física da vítima, sendo a  
promovente acometida de DEBILIDADE PERMANENTE E  
DEFINITIVA - DA FUNÇÃO DO MEMBRO INFERIOR  
DIREITO, conforme atestam os laudos médicos,  
prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à  
colação.

O tratamento médico não foi capaz de  
restabelecer a normalidade física da vítima, sendo a  
promovente acometida de DEBILIDADE PERMANENTE  
NEUROLÓGICA, conforme atestam os laudos médicos,  
prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à  
colação.

Nos meses subsequentes ao acidente  
iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre  
com a esperança de recuperar-se daquela seqüela, haja  
vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável,

2

12-1



20	AGUARDA CUMPRIMENTO	07/02/11 16:05	JOÃO LEITE JUNIOR	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
19	AUTOS AO CARTÓRIO	06/02/11 13:31	GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO	Movimentação sem arquivos.
18	OFICIE-SE Despacho AUTOS CONCLUSOS	06/02/11 13:31	GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
17	(PARA HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO)	03/02/11 14:44	Jose Wallace Lins de Oliveira	Movimentação sem arquivos.
16	AUTOS DEVOLVIDOS AO CARTÓRIO	03/02/11 14:44	Jose Wallace Lins de Oliveira	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
15	IMPUGNAÇÃO APRESENTADA	03/02/11 13:30	Lidiani Martins Nunes	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
14	PETICAO JUNTADA EM AUDIÊNCIA INST E JULGAMENTO MARCADA	03/02/11 13:29	Lidiani Martins Nunes	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
13	(Para 3 de Fevereiro de 2011 às 14:00 ) INTIMAÇÃO REALIZADA EM CARTÓRIO	30/11/10 17:08	Tayjane Cabral de Almeida	Movimentação sem arquivos.
12	(P/ Advgs. de MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA) INTIMAÇÃO REALIZADA EM CARTÓRIO	30/11/10 17:07	Tayjane Cabral de Almeida	Movimentação sem arquivos.
11	(P/ Advgs. de IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA) AUDIÊNCIA REALIZADA	30/11/10 17:07	Tayjane Cabral de Almeida	Movimentação sem arquivos.
10	CONTESTAÇÃO APRESENTADA	30/11/10 17:07	Tayjane Cabral de Almeida	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
9	MANDADO CUMPRIDO	29/11/10 15:57	ROSTAND INACIO DOS SANTOS	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
8	CITAÇÃO LIDA	29/09/10 17:27	Edrizio Severiano de Lima	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
7	P/ MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA em 27/09/10 CITAÇÃO EXPEDIDA	29/09/10 17:27	Edrizio Severiano de Lima	Movimentação sem arquivos.
6	Para MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA(10/09/10) EXPEÇA-SE CARTA DE CITAÇÃO	10/09/10 10:33	Andresa Carvalho Santos	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
5	Para MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA INTIMAÇÃO LIDA	29/07/10 12:06	SISTEMA EJUS	Movimentação sem arquivos.
4	(Para IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA) em 29/07/10 *Referente ao evento AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO MARCADA(29/07/10) AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO MARCADA	29/07/10 12:06	SISTEMA EJUS	Movimentação sem arquivos.
3	(Agendada para 30 de Novembro de 2010 às 13:15) PROCESSO DISTRIBUÍDO	29/07/10 12:06	SISTEMA EJUS	Movimentação sem arquivos.
2	1º Juizado Especial Cível da Capital	29/07/10 12:06	SISTEMA EJUS	Movimentação sem arquivos.

1135

Atividades no Processo

Agendamento de Audiências

Conciliação

Conciliação Manualmente

Instrução

Instrução Manualmente

Outros

Movimentar Processo

Modificar Dados

Habilitar Advogado para a Parte

Alterar Partes no Processo

[Voltar](#)

[Navegar pelo Processo](#)

Dados do Processo

Número do Processo	200.2010.934.797-7 ( 207 dias em tramitação )		
Data de Distribuição	29 de Julho de 2010 às 12:06:03		
Juizo	1º Juizado Especial Cível da Capital		
Processo Principal	O Próprio		
Classe Processual	AÇÃO DE COBRANÇA	Fase Processual	CONHECIMENTO
Segredo de Justiça	NÃO	Prioridade	NORMAL
Situação	NÃO CADASTRADA	Objeto	OBJETO NAO CADASTRADO
Valor da Causa	R\$ 13.500,00	Último Evento	EXPEÇA-SE
Petição/ Analisar	0 Petição(ões)	Prazos Para certificar em Vara	0 Intimação(ões) 0 Cumprimento(s) do Cartório
Processos Dependentes	Sem processos.	Processos Apensos	Sem processos.

Promovente(s)

Nome	Identidade	CPF/CNPJ	Endereço/Filiação
IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA		097.361.354-89	<a href="#">Mostrar/Ocultar</a>

Promovido(s)

Nome	Identidade	CPF/CNPJ	Endereço/Filiação
MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA		Não cadastrado	<a href="#">Mostrar/Ocultar</a>

Advogados(s)

Parte	Obs	Advogado	
IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA		OAB: 10244-PB	Lidiani Martins Nunes
MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA		OAB: 12006-PB	Milena Neves Augusto
		OAB: 22718-PE	ROSTAND INACIO DOS SANTOS

Movimentações

Nº	Eventos do Processo	Data	Movimentado por	Arquivos
21	EXPEÇA-SE	07/02/11 16:05	JOÃO LEITE JUNIOR	Movimentação sem arquivos.
	OFÍCIO			

Arquivo assinado em 06/06/11 18:23 por: CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pag. 8 / 17

1

PETICAO JUNTADA EM

29/07/10 12:06

Lidiani Martins Nunes

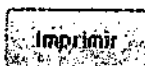
[Exibir/Ocultar](#)

**DESCRIÇÃO:**  
- Petição

**ASSINADO POR:**  
- LIDIANI MARTINS NUNES

**ARQUIVO:**  
DPVAT - IVAILDO.pdf

[Ocultar Todas as Movimentações](#)



Arquivo assinado em, 06/06/11 18:23 por:  
CLARISSA MARIA ALVES BOTELHO pág. 9 / 17

como de todos sabido. Tentar pleitear indenização integral por evento parcial é contrário ao nosso sistema e evidente tentativa de enriquecimento ilícito.

#### 4. PRELIMINARMENTE

##### 4.1. Da litispendência.

*Ab initio*, a presente demanda não pode prosperar, haja vista, incidente processual de extinção da ação sem resolução do mérito. Ocorre que, evidenciada a presença da litispendência processual.

Desta forma, pode-se conceituar litispendência de acordo com o artigo 301, §1º e §2 do Código de Processo Civil Brasileiro, in verbis:

Art. 301 - Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar:

§ 1º - Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente julgada.

§ 2º - Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

Sendo assim ocorre litispendência quando duas causas são idênticas quanto às partes, pedido e causa de pedir, ou seja, quando se objeta uma nova ação que repita outra que já foi julgada, sendo idênticas as partes, o conteúdo e pedido formulado.

Desta feita, torna-se imprescindível destacar a existência da outra ação em curso perante a Vara Única da Comarca de Rio Tinópolis sob o nº 058.2010.000.066-8.

Deve-se, portanto, ser verificada a possível ocorrência de litispendência entre as duas ações, uma vez que a parte autora pleiteia indenização baseada no mesmo sinistro ocorrido em 16/12/2007.

Sendo assim, a Rê requer a MM. Juízo que se digne julgar EXTINTO o processo, com fulcro nos art. 267, V, do Código de Processo Civil, pois a pretensão está fadada ao insucesso, já que fulminada pela litispendência processual.

##### 4.2. Da ilegitimidade passiva da demandada e necessidade de substituição pela Seguradora Líder

Para aprimorar ainda mais o Seguro DPVAT, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, através da sua Resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois Consórcios específicos a serem administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou simplesmente Seguradora Líder - DPVAT, através da Portaria nº 2.797/07, publicada em 07 de dezembro de 2007.

A Seguradora Líder - DPVAT é uma companhia de capital nacional, constituída por seguradoras que participam dos dois consórcios, e que começou a operar em 01 de janeiro de 2008.

As seguradoras consorciadas permanecem responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais dúvidas e reclamações da sociedade. Contudo, a Seguradora Líder - DPVAT passou a representar as esferas administrativa e judicial das operações do seguro, o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações.

Desta forma, é a Seguradora Líder, pessoa jurídica distinta das seguradoras que a compõem, que é responsável pela administração do DPVAT, bem como pagamento das indenizações.

Por isto, requer o acolhimento da presente preliminar, excluindo a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A da lide, mantendo-se unicamente a pessoa jurídica SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A. (CNPJ nº 09.248.608/0001-4, e sede na Rua Senador Dantas, 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ) quem responderá e indenizará em caso de eventual procedência dos pedidos.

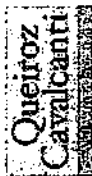
Alternativamente, caso não seja o entendimento deste Juízo pela substituição da Rê, requer a inclusão da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A para integrar a lide na qualidade de litisconsorte passivo.

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9.3 / 14

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9.4 / 14

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9.2 / 14

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9.2 / 14



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO  
ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA - PARAIBA

Proc. 200.2010.934.797-7

MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, já devidamente qualificada, por seus procuradores ao final assinados, com endereço profissional à Rua da Hora, 692, Espinheiro, Recife-PE, CEP 52020-010, local onde recebem intimações, nos autos da ação proposta por IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA, vem perante V. Exa apresentar CONTESTAÇÃO, o que faz consoante as razões a seguir expostas para ao final requerer:

### 1. REQUERIMENTO INICIAL

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente para a pessoa do Bot. Rostand Inácio dos Santos, OAB/PE 22.718.

Vale destacar que requerimento desta espécie é plenamente admissível e desrespeito ao mesmo implica em nulidade da intimação, conforme entendimento manso e pacífico, e.g.:

"havendo designação prévia a expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade" (STJ-RT 739182)

Requer, assim, que todas as intimações sejam dirigidas única e exclusivamente para o referido profissional, lançando-se o nome do mesmo na capa do processo.

### 2. BREVE SÍNTESE DA LIDE

A parte autora propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16 de dezembro de 2007.

Em decorrência do referido acidente, diz a parte autora ter ficado com debilidade permanente no membro inferior esquerdo.

Ingressa com a presente ação pleiteando a condenação da demandada ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização acidentária.

### 3. REESTABELECENDO A VERDADE DOS FATOS

Faz-se necessário explicitar os fatos descritos na inicial para que este Juízo possa melhor compreender a forma dos valores que deverão ser pagos a parte autora a título de indenização securitária. Ora, após o acidente, constatando que a parte autora apresenta a invalidez permanente parcial incompleta, deverá dessa forma o pagamento da indenização ser realizado de acordo com o disposto no art.3º, §1º, alínea II da lei 6194/74.

No presente caso, não há nenhuma comprovação por meio de documento hábil e legal das lesões alegadas por parte do autor.

Acaso a invalidez da parte autora seja total e completa, terá direito a receber a indenização integral de R\$ 13.500,00, prevista no artigo 3º da lei 11.482/07. Contudo, como ela foi parcial incompleta, deve ser indenizada na exata proporção prevista em lei. Adiante-se que o pagamento de indenização conforme o percentual de invalidez não é nada de estranho ou novo em nosso ordenamento. O regimento do DPVAT sempre foi assim, como também o é, por exemplo, a legislação acidentária do INSS.

providências que envolvem esse mau, entre elas a de que possa diminuir ou desaparecer quando elástico o fator externo que a determina." (STJ 4ª Turma, Resp 248297/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teles, j. em 25.04.2000, votação unânime, DJ em 05.06.2000, p. 1088)

**ACIDENTE DE TRABALHO.** Perícia. Concessão de aposentadoria pelo INSS. A concessão de Aposentadoria acidentária pelo INSS não impede a realização de perícia em Juízo. Correlando o laudo pela negativa de incapacidade, não odena regra sobre prova a sentença que julga improcedente a ação de cobrança da indenização. Recurso não conhecido. (STJ 4ª Turma, Resp 265314/SP, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. em 05.05.1993, votação unânime, DJ em 01.07.1990, p. 108)

O art. 51, II da lei 909/95 determina que o processo deve ser extinto quando inadmissível o procedimento instituído por esta lei. É o que ocorre no presente caso, devido por esse motivo ser extinto o feito sem apreciação do mérito, o que de logo se requer.

Destaque-se, ainda, que agora o acima exposto, o §2º do art. 3º da lei dos juizados, dispõe expressamente que ficam excluídas da competência do Juizado Especial relativas ao estado e a capacidade das pessoas. No presente feito, discute-se exatamente o grau de incapacidade do autor, o que é expressamente vedado por lei.

## 5. DO MÉRITO – RAZÕES PARA A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS

Agora as questões processuais acima delineas, outras, do mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela parte autora.

Nos itens seguintes, rebater-se-ão, pontualmente, cada qual dos argumentos suscitados pela parte autora, demonstrando-se, assim, o total descabimento de seus pleitos.

## 5.1. Da previsão legal da Lei 6.194/74 para os casos de invalidez permanente.

Para fundamentar seu pedido, o autor sustenta que o valor devido, segundo a lei 11.482/07 que alterou o valor das indenizações do seguro DPVAT, seria de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Sendo assim, alegando ser detentora de invalidez permanente total, a parte autora pleiteia indenização securitária correspondente ao teto máximo indenizável.

Ocorre que, a Lei 11.482/2007 alterou o valor da indenização do seguro DPVAT para ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser observado os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez, ora anexada à referida Lei.

O art. 3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:

Art. 3º Os danos passíveis cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e condições as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de invalidez permanente; e

III - Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverá ser enquadrada na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes do acidente e que não sejam suscetíveis de amenação proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanentemente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanentemente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatômica ou funcional será devidamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual aí estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS p. 9 / 14

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS p. 9 / 14

#### 4.3. Da carência de ação por falta de interesse de agir

Ainda que se ultrapassassem os argumentos acima expostos, o que apenas se admite a título de argumentação, deve a presente demanda ser extinta por falta de interesse de agir da parte autora.

A parte Autora em nenhum momento reclamou, através da via administrativa, a indenização que ora pleiteia judicialmente. E, se reclamou, em nenhum momento provou o alegado.

É lícito presumir que a parte autora tenha deixado de procurar previamente a Seguradora Rê com o propósito de evitar a análise técnica do seu pleito, no processo denominado *regulação do sinistro*, quando as eventuais irregularidades documentais podem ser mais apropriadamente apuradas.

O exercício do direito de ação tem seu termo inicial na data em que o evento danoso ocorreu, pois esse direito fica subordinado à condição suspensiva, que impossibilita, enquanto pendente, o titular do direito do agir judicialmente para torná-lo efetivo. Importa em dizer que o direito sujeito à condição suspensiva não é, ainda, direito adquirido, ao qual corresponda uma ação, a teor do art. 125 do novo Código Civil (que praticamente repete os dizeres do art. 118 do Código Civil de 1916), vezis:

Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

E, no caso dos autos, o direito de ação nascecia com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autora o necessário interesse processual.

Por oportuno, nesse sentido, vejamos recentíssima sentença proferida pelo Juiz da 12ª Vara Federal de Pernambuco:

"Esclareço que o julgamento da demanda, no tocante à cobertura securitária, é imprescindível apenas se não houver solução em sede administrativa" (Processo de nº 2006.83.08.009309-0 - 12ª Vara Federal -

ANDRÉ CLAUDIO BARRETO VINHAS E OUTRO x CAIXA ECONOMICA  
FEDERAL - CAIXA x CAIXA SEGURADORA S/A)

Ora, um procedimento que não observa os ditames do lei, por ser carente do interesse processual, não deve ser considerado como Devido Processo Legal. E, não o sendo, jamais pode estar compreendido na entrega da prestação jurisdicional assegurada constitucionalmente.

Isto posto, resta patente a falta do interesse de agir, vez que a parte autora não esgotou a via administrativa, não restituindo interesse de agir.

#### 4.4. Da incompetência do Juizado Especial Cível para apreciar o Presente Fato pela necessidade de realização de perícia médica

Inicialmente deve ser ressaltada a incompetência absoluta do Juizado Especial Cível para conhecer e julgar o presente feito. Como sabido, da interpretação do art.35 da lei 909/95 conclui-se pela impossibilidade de realização de perícia em sede de Juizado Especial Cível. É o que se vê na jurisprudência pátria:

"*PROVA PERICIAL - Inexistência - Inexistência nos Juizados Especiais a prova pericial definida do CPC. Quando o fato exige, o juiz inquirirá o técnico da sua confiança - Negado provimento. (Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Consumidor da Bahia, Rec. JDC02-TBN-0072/96, j. em 13-09-1997, v.u., Rel. Antonio Pessoa Cardoso)*".

No caso em tela, a discussão versa justamente sobre o grau de invalidez do autor, tendo ele discordado com exames médicos e conclusões obtidas dos documentos por ele mesmo apresentados, fazendo-se necessária, por isto, a realização de perícia para dissipar a dúvida. Em casos como o presente, o STJ exige a realização de perícia judicial:

"*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO. INVALIDEZ PERMANENTE. LEUCOPENIA. PROVA PERICIAL. CONVENIÊNCIA. CANCELAMENTO DE DEFESA. ORIENTAÇÃO DA TURMA. RECURSO PROVIDO. Nos termos da jurisprudência do Tuma, é conveniente, nos casos de cobertura de invalidez decorrente de invalidez permanente por leucopenia, a realização de prova pericial técnica para a comprovação do estado de saúde do segurado, notadamente em face das*

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9. 5 / 14

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9. 6 / 14

Em caso de invalidez permanente parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.

Ante o exposto, sem manifestação ministerial, AFASTADAS AS PRELIMINARES, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, para reduzir o quantum indenizatório ao patamar de R\$ 1.350,00.

(Apelação Cível nº 004.2007.000.392-8/001, Relator: Desembargador Rômulo Marcelo da Fonseca Oliveira, 4ª Câmara Cível, TJPB, João Pessoa, 22/03/2009).

O Colégio Recursal do Estado do Ceará assim se pronunciou em casos Análogos:

**EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SEGURO (DPVAT). PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZADO PARA JULGAR A MATÉRIA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. CAUSA COMPLEXA. INOCORRÊNCIA. Não há tal necessidade de laudo, sendo que a convicção do juiz basta para o julgamento da questão, tendo em vista constar nos autos provas da ocorrência do sinistro e do pagamento administrativo realizado pela seguradora, que suprimem uma eventual ausência. QUANTIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. DO SEGURO. POSSIBILIDADE. ESTABELECIMENTO PELA LEI QUE REGE A MATÉRIA NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. No que tange à possibilidade de graduação do valor da indenização secundária em face do grau de invalidez, revendo meu entendimento anterior sobre o tema, torpeço reconhecer que o art. 3º da lei nº 6.194/74 já espelha na alínea "b" sobre a possibilidade de estabelecimento em "até" 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, no caso de invalidez permanente. Referida lei não determinou, por sua vez, que seria editada uma norma para regulamentar esta graduação, prevendo, tão somente, em caráter geral no art. 12, que o Conselho Nacional de Seguros Privados "expedirá normas disciplinadoras que atendam ao disposto nesta lei" não sendo este o caso para a previsão do art. 3º letra "b" onde resta estipulada, claramente, a possibilidade de graduação do valor do seguro. Tal conclusão se mostra verossímil quando no citado artigo, alínea "a", há previsão de pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos para o caso de morte do segurado, e de até 40 (quarenta) salários mínimos, letra "b", para os casos de invalidez permanente, ou seja, a lei listou diferentemente situações também, diferentes, o evento morte e o evento invalidez. Aquela, pela própria natureza do dano infligido no segurado, como fato para valor indenizatório, e este, a depender do grau de invalidez, terá o valor**

tracionado podendo atingir o valor máximo. Assim se a lei distinguiu as situações, não é dado ao intérprete equiparar-las. Incumbe, nesse diapasão, ao Judiciário, à falta de expressa estipulação na lei dos valores do seguro nos casos de invalidez permanente, a valorização do quantitativo de acordo com as sequelas deixadas no segurado, não se podendo arguir, desse ato, nenhuma nulidade posto que em situações de reparação por dano moral, constitucionalmente prevista, se mensura constrangimento, aborrecimento, sofrimento e dor, através de critérios bem mais subjetivos que o caso. RECURSOS CONHECIDOS. SENTENÇA REFORMADA. (Processo nº 2008.0000.5157-4/1; 2ª Turma Recursal do Estado do Ceará; Relator(a): Sérgio Maria Mendonça Miranda; D: 26/03/2009)(grifo nosso).

Desto forma, em conformidade aos entendimentos jurisprudenciais e a previsão legal sobre a matéria, requer a total improcedência do feito, não merecendo prosperar o pleito da parte autora em receber o teto máximo indenizável.

### 5.3. Dos juros legais e da correção monetária

Com relação aos juros de mora e a correção monetária determinados entendendo a té, que os mesmos devem seguir o posicionamento mais adequado, em perfeita harmonia com a jurisprudência dominante.

#### SÚMULA N. 426-STJ

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Luis Fux, em 10/2/2010

Assim, os juros de mora, de 1,0% ao mês, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, consoante a prática o, ainda, Reclamação Jurisprudência.

Quanto à correção monetária, espera-se que seja observada a data da propositura da presente como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto na Lei nº 6.899/91.

### 6. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, passa a requerer:

Arquivo assinado em 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9 / 11 / 14

Arquivo assinado em 29/11/10 15:57 por: ROSTAND INACIO DOS SANTOS P. 9 / 12 / 14



II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repetição intensa, cinquenta por cento para as de média repetição, vinte e cinco por cento para as de leve repetição, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de sequelas residuais (...) (grifo nosso)."

Vê-se que apesar da clareza do texto legal, a parte autora pretende o recebimento de indenização no valor máximo indenizável, o que não tem apoio na legislação em vigor. Havendo invalidez parcial, a indenização deve ser proporcional ao mal sofrido, conforme os percentuais previstos na tabela indicada na lei.

Cumprido declarar que a parte autora possui uma invalidez permanente parcial incompleta, o que ensejará o pagamento de indenização nos termos do inciso II, §1º da Lei 11.482/2007, sendo esta proporcional ao percentual constituído através de perícia médica.

A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º, da lei 11.482/2007) leva em consideração que apenas a invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.

Esquemáticamente abaixo consta como se deve proceder a avaliação da debilidade da parte autora:

INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DA INVALIDEZ	INDENIZAÇÃO
Perda anatômica e/ou funcional completa do um dos membros superiores e/ou inferiores	70% (R\$ 13.500,00) + R\$ 9.450,00	XX% (percentual a ser avaliado por meio de perícia médica) (R\$ 9.450,00)	XX (valor indenizatório que deverá ser pago após o cálculo do percentual da parcela)

Torna-se imprescindível destacar que o uso da tabela para cálculos do percentuais de invalidez encontra-se regulado na própria Lei 11.482/2007, devendo assim ser adotada para os casos de invalidez permanente parcial.

Importante mencionar que o STJ adota o posicionamento da diferenciação legal da invalidez total e parcial, determinando o pagamento da indenização de forma proporcional ao percentual de invalidez constatado.

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

- Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.
- A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exerce o reexame de conjunto fático-probatório dos autos.
- Recurso não conhecido.

(RÉSP 1169014, Relator: Ministro Adir Passarinho Junior, EMENTA / ACORDÃO-DJ: 31/08/2009)

Destaque-se, outrossim, recente decisão proferida pelo Estado da Paraíba quanto à questão:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Invalidez permanente parcial. Indenização. Proceimento do pedido. Irresignação. Preliminares. Carência de ação. Falta de interesse processual. Rejeição. Indeferimento da petição inicial. Ausência de documento essencial à proposição da ação. Rejeição. Pagamento. Lei aplicável. "tempus regit actum". Aplicabilidade de tabela para cálculo indenizatório. Provimento parcial do apelo. Tendo em vista que a Seguradora, na contestação alegou que a documentação apresentada não é suficiente para que haja o direito, percebe-se que o recebimento imediato da indenização seria inviável, ou seja, que a via administrativa, se intentada, estaria fadada ao insucesso, pelo que fica caracterizado o interesse processual no manejo da presente. Constatando dos autos laudo do IML, quantificando a lesão sofrida pelo autor, não há que se falar em ausência de documento indispensável à proposição da ação. A indenização assegurada em seguro obrigatório de responsabilidade civil - DPVAT - aplica-se a lei vigente ao tempo do fato, em razão do princípio "tempus regit actum".

A) o acolhimento das preliminares suscitadas com a consequente extinção do feito sem apreciação do mérito;

B) a total improcedência dos pedidos autorais e a condenação do autor nos ônus da sucumbência;

C) Em caso de eventual condenação, que seja levada em consideração o grau de lesão suportada pelo Autor, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as indenizações por invalidez, ora anexada.

D) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando que o Autor é beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 15%, conforme previsto do art. 11, § 1º, da Lei 1060/50.

Protesta por todos os meios da prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a oitiva de testemunhas.

Temos em que pedo e espera deferimento.  
João Pessoa, 30 de novembro de 2010.

Rosland Inácio dos Santos  
OAB/PE 22.718

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSLAND INACIO DOS SANTOS P. 9: 13 / 14

# ANEXO

Instituto de Medicina Privada nº 451, de 2008, transformada na Lei 11.945/2009.

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que causam com: (a) dano cognitivo-comportamental acentuado; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do lobe deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autônoma	
Lesões do órgão e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou retro-pélvicas cursando com prejuízo funcional não compensáveis, de ordem autônoma, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de um dos membros inferiores	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	70
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	25
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	10
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos da mão	

Arquivo assinado em: 29/11/10 15:57 por: ROSLAND INACIO DOS SANTOS P. 9: 14 / 14

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito para:

(X) Despacho ) Sentença

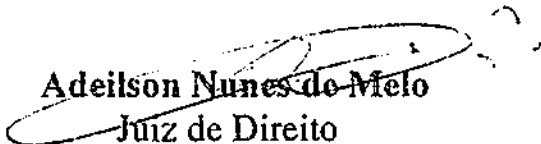
Rio Tinto, 15 de 04 de 2011.

Analista/Técnico Judiciário

Vistos, etc.

Oficie-se ao 1º Juizado Especial Cível da Capital informando o estado em que se encontram os presentes autos, inclusive remetendo cópia integral do feito.

Rio Tinto, 15 de abril de 2011.

  
Adeilson Nunes de Melo  
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes autos do MM. Juiz de Direito.

Rio Tinto, 15-04-2011.

Analista Técnico Judiciário

**VISTO EM INSPEÇÃO**  
A Escrivania para cumprir o despacho no prazo de 48 horas, sob pena de responsabilidade, certificando-se nos autos as razões de atraso.

17 MAI 2011

  
Juiz Geraldo Emílio Porto  
Corregedor Auxiliar



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**  
**1º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital**

**PROCESSO Nº 200.2010.934.797-7**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

**DEMANDANTE: IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA**

**DEMANDADO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

**SENTENÇA**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. LITISPENDÊNCIA. CONFIGURADA. EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.**

**I – RELATÓRIO**

Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**1. DAS QUESTÕES PROCESSUAIS**

**1.1. DA LITISPENDÊNCIA**

O fenômeno processual da litispendência ocorre quando a parte repete, contemporaneamente, ação idêntica, assim entendida como aquela que possui a tríplice identidade de partes, pedido e causa de pedir, o que traz como consequência a extinção do segundo processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC.

Ao compulsar os autos, observei que o processo não deve subsistir, eis que o mesmo se encontra eivado de nulidade. Com efeito, consoante se verifica na contestação, vê-se que caracterizado, no caso em testilha, o instituto da litispendência, restando, a meu sentir, maculada a presente demanda.

Ora, a parte demandante já ingressou com ação judicial pleiteando o mesmo objeto, qual seja, indenização em decorrência de acidente automobilístico, na Comarca de Rio Tinto/PB, sob o nº **058.2010.000.066-8**, distribuída em 05/03/10 as 10h06min e no 1º Juizado Especial Cível da Capital, sob o número **200.2010.934.797-7**, distribuída em 29/07/10 as 12h06min, conforme demonstra documento anexo (Evento Processo 26), caracterizando, assim, a figura da litispendência.

Com efeito, como é sabido, a litispendência é pressuposto processual negativo, sendo que a existência de dois ou mais processos concomitantes, onde as partes e o pedido sejam os mesmos, bem como idêntica seja a causa de pedir, ocorre o instituto suso, devendo o feito ser extinto com arrimo no artigo 267, V do Código de Ritos.

Tal é o que se colhe dos autos, posto que existente uma reclamação, em trâmite perante a Comarca de Rio Tinto/PB (Evento Processo 26).

Configurada está à litispendência a justificar a extinção do processo. Pensar o contrário seria facultar às partes litigantes a propositura de um número sem fim de ações objetivando o mesmo fim sob os mais variados fundamentos.

## II – DISPOSITIVO

ISTO POSTO, decido:

a) Configurada a **LITISPENDÊNCIA**, julgo extinto o processo sem resolução de mérito (CPC, art. 267, inc. V, § 3º);

b) Nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, DEFIRO a gratuidade requerida pela demandante;

c) Sem custas e verba honorária (LJE, art. 55).

A presente decisão será submetida ao Juiz togado nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95.

Transitada em julgado, cuide-se de intimar a parte demandante para requerer a execução do julgado, sob pena de arquivamento.

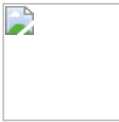
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

João Pessoa, 13 de junho de 2011.



JOSÉ WALLACE LINS DE OLIVEIRA

JUIZ LEIGO



**PARAIBA**  
**PODER JUDICIARIO**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**  
**1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL**

---

Fórum Mario Moacir Porto, Av João Machado, s/n, Centro, João Pessoa - PB Fone (83) (83)32082542

**SENTENÇA**

Atento para o que prescreve o art. 40 da Lei 9099/95, **HOMOLOGO, POR SENTENÇA**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, **A DECISÃO PROFERIDA PELO JUIZ LEIGO.**

Sem custas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

J. Pessoa, data do protocolo eletrônico.

**Gustavo Procópio Bandeira de Melo** - Juiz de Direito

**Arquivo assinado em, 14/06/11 23:29 por:**  
**GUSTAVO PROCOPIO BANDEIRA DE MELO**



[Voltar](#)**Dados do Processo**[Navegar pelo Processo](#)

<b>Número do Processo</b>	200.2010.934.797-7 ( 356 dias em tramitação )		
<b>Data de Distribuição</b>	29 de Julho de 2010 às 12:06:03		
<b>Juízo</b>	1º Juizado Especial Cível da Capital		
<b>Processo Principal</b>	O Próprio		
<b>Classe Processual</b>	ACÇÃO DE COBRANÇA	<b>Fase Processual</b>	CONHECIMENTO
<b>Segredo de Justiça</b>	<b>NÃO</b>	<b>Prioridade</b>	NORMAL
<b>Situação</b>	NÃO CADASTRADA	<b>Objeto</b>	<b>OBJETO NAO CADASTRADO</b>
<b>Valor da Causa</b>	<b>R\$ 13.500,00</b>	<b>Último Evento</b>	PROCESSO BAIXADO EM
<b>Petição/ Analisar</b>	0 Petição(ões)	<b>Prazos Para certificar em Vara</b>	0 Intimação(ões) 0 Cumprimento(s) do Cartório
<b>Processos Dependentes</b>	Sem processos.	<b>Processos Apensos</b>	Sem processos.

**Promovente(s)**

<b>Nome</b>	<b>Identidade</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Endereço/Filiação</b>
IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA		097.361.354-89	<a href="#">Mostrar/Ocultar</a>

**Promovido(s)**

<b>Nome</b>	<b>Identidade</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Endereço/Filiação</b>
MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA		Não cadastrado	<a href="#">Mostrar/Ocultar</a>

**Advogados(s)**

PARTE(S)	OBS	ADVOGADO(S)	
IVAILDO SEVERINO SOUZA DA SILVA	-	<b>OAB:</b> 10244-PB	LIDIANI MARTINS NUNES
MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA	-	<b>OAB:</b> 22718-PE <b>OAB:</b> 12006-PB	ROSTAND INACIO DOS SANTOS MILENA NEVES AUGUSTO

**Movimentações**

Nº	Eventos do Processo	Data	Arquivos
40	PROCESSO BAIXADO EM	20/07/11 12:15	Movimentação sem

			arquivos.
39	SENTENÇA TRANSITOU EM JULGADO	20/07/11 12:15	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
	INTIMAÇÃO LIDA		
38	(Por IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA(Leitura Automática)) em 25/06/11 *Referente ao evento SENTECA HOMOLOGATORIA (14/06/11)	25/06/11 00:00	Movimentação sem arquivos.
	INTIMAÇÃO LIDA		
37	(Por MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA(Leitura Automática)) em 25/06/11 *Referente ao evento SENTECA HOMOLOGATORIA (14/06/11)	25/06/11 00:00	Movimentação sem arquivos.
36	AUTOS AO CARTÓRIO	14/06/11 23:30	Movimentação sem arquivos.
	INTIMAÇÃO EXPEDIDA		
35	(P/ Advgs. de MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA)	14/06/11 23:30	Movimentação sem arquivos.
	INTIMAÇÃO EXPEDIDA		
34	(P/ Advgs. de IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA)	14/06/11 23:30	Movimentação sem arquivos.
33	SENTECA HOMOLOGATORIA Sentença Homologatoria	14/06/11 23:29	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
	AUTOS CONCLUSOS		
32	(PARA HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO)	13/06/11 18:19	Movimentação sem arquivos.
31	DECISÃO PROLATADA POR JUIZ LEIGO	13/06/11 18:19	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
30	AUTOS CONCLUSOS PARA JUIZ LEIGO	10/06/11 16:29	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
29	AUTOS AO CARTÓRIO	08/06/11 01:18	Movimentação sem arquivos.
28	PROCESSO DESPACHADO Despacho	08/06/11 01:18	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
27	AUTOS CONCLUSOS PARA DESPACHO	06/06/11 18:23	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
26	OFÍCIO RESPONDIDO EM	06/06/11 18:23	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
25	OFÍCIO AGUARDA RESPOSTA	09/05/11 13:41	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
24	OFÍCIO AGUARDA RESPOSTA	11/04/11 17:02	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
23	OFÍCIO ENTREGUE	14/03/11 16:11	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
22	OFÍCIO(S) EXPEDIDO(S)	22/02/11 08:07	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
21	EXPEÇA-SE OFÍCIO	07/02/11 16:05	Movimentação sem arquivos.
20	AGUARDA CUMPRIMENTO	07/02/11 16:05	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
19	AUTOS AO CARTÓRIO	06/02/11 13:31	Movimentação sem arquivos.

18	OFICIE-SE Despacho	06/02/11 13:31	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
17	AUTOS CONCLUSOS (PARA HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO)	03/02/11 14:44	Movimentação sem arquivos.
16	AUTOS DEVOLVIDOS AO CARTORIO	03/02/11 14:44	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
15	IMPUGNAÇÃO APRESENTADA	03/02/11 13:30	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
14	PETICAO JUNTADA EM	03/02/11 13:29	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
13	AUDIÊNCIA INST E JULGAMENTO MARCADA (Para 3 de Fevereiro de 2011 às 14:00 )	30/11/10 17:08	Movimentação sem arquivos.
12	INTIMAÇÃO REALIZADA EM CARTÓRIO (P/ Advgs. de MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA)	30/11/10 17:07	Movimentação sem arquivos.
11	INTIMAÇÃO REALIZADA EM CARTÓRIO (P/ Advgs. de IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA)	30/11/10 17:07	Movimentação sem arquivos.
10	AUDIÊNCIA REALIZADA	30/11/10 17:07	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
9	CONTESTAÇÃO APRESENTADA	29/11/10 15:57	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
8	MANDADO CUMPRIDO	29/09/10 17:27	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
7	CITAÇÃO LIDA P/ MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA em 27/09/10	29/09/10 17:27	Movimentação sem arquivos.
6	CITAÇÃO EXPEDIDA Para MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA(10/09/10)	10/09/10 10:33	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
5	EXPEÇA-SE CARTA DE CITAÇÃO Para MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA	29/07/10 12:06	Movimentação sem arquivos.
4	INTIMAÇÃO LIDA (Para IVALDO SEVERINO SOUZA DA SILVA) em 29/07/10 *Referente ao evento AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO MARCADA(29/07/10)	29/07/10 12:06	Movimentação sem arquivos.
3	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO MARCADA (Agendada para 30 de Novembro de 2010 às 13:15)	29/07/10 12:06	Movimentação sem arquivos.
2	PETICAO JUNTADA EM	29/07/10 12:06	<a href="#">Exibir/Ocultar</a>
1	PROCESSO DISTRIBUÍDO 1º Juizado Especial Cível da Capital	29/07/10 12:06	Movimentação sem arquivos.

[Ocultar Todas as Movimentações](#)

Imprimir